



**PROJETO CTPETRO**  
Tendências Tecnológicas

NOTA TÉCNICA 13

**IMPACTOS SOCIAIS DO DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE DE EXPLORAÇÃO E  
PRODUÇÃO DE PETRÓLEO NAS REGIÕES DAS BAIXADAS LITORÂNEAS E DO  
NORTE FLUMINENSE**

JANEIRO/2003



**INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA**  
Av. Venezuela, 82 - anexo 4  
Centro Rio de Janeiro RJ  
20081-310 Brasil  
Tel.: (21) 2206-1293  
Telefax: (21) 2206-1058  
e-mail: [tendencias@tendencias.int.gov.br](mailto:tendencias@tendencias.int.gov.br)  
[www.tendencias.int.gov.br](http://www.tendencias.int.gov.br)

Nota Técnica 13/2003

## **IMPACTOS SOCIAIS DO DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO NAS REGIÕES DAS BAIXADAS LITORÂNEAS E DO NORTE FLUMINENSE**

### **Equipe**

#### **Coordenador da Equipe:**

Antonio O. Castro

#### **Equipe Técnica:**

##### **Colaboradores Especialistas:**

Alexandre Henriques Leal Filho

Agop Kayayan

## APRESENTAÇÃO

Coordenado pela Agência Nacional do Petróleo - ANP e sediado no Instituto Nacional de Tecnologia - INT, o **Projeto CTPETRO - Tendências Tecnológicas** foi estruturado com o objetivo de fornecer subsídios à aplicação dos recursos do Plano Nacional de Ciência e Tecnologia do Setor de Petróleo e Gás Natural - CTPETRO, através da elaboração de termos de referência de estudos a serem conduzidos, identificação e contratação, para sua realização, de grupos de especialistas em estudos variados (estratégicos, de prospecção tecnológica, planejamento e gestão, formulação e avaliação de programas), que comporão o corpo final do projeto e a identificação de tendências tecnológicas para o Setor no país.

Para alcançar seus objetivos o **Projeto Tendências** vem realizando diversas atividades e já conta com alguns produtos. Com esta série de dezesseis Notas Técnicas, incluindo a presente, encomendadas a equipes de especialistas com expressivas contribuições ao Setor O&G, o **Projeto Tendências** deseja consolidar mais ainda a sua posição de **facilitador** do processo de revisão das atividades prioritárias, enunciadas nos anexos da Portaria 552/99, que resultarão em novos critérios para a definição de investimentos prioritários em P&D, concernentes ao CTPETRO, relativo ao período 2000-2004, e de **coordenador** dos estudos para a ANP.

- NT01 - Visão de Futuro do Setor de Óleo e Gás no Brasil – Horizonte 2010
- NT02 - Panorama Internacional dos Investimentos em P&D no Setor O&G.
- NT03 - Mapeamento Tecnológico - Tendências Internacionais da Cadeia de O&G: Exploração, Produção, Refino e Gás Natural.
- NT04 - Déficit Externo do Setor de O&G – uma Mensuração Qualitativa.
- NT05 - Política de Compras da Indústria de O&G e Capacitação dos Fornecedores no Brasil.
- NT06 - Sistemas Produtivos e Inovativos Locais na Indústria de O&G – Análise da Experiência dos Campos Marginais do Recôncavo Baiano.
- NT07 - Capacidade Inovativa do Segmento Refino.
- NT08 - Refino: Regulação e Gestão de Risco.
- NT09 - Refino Nacional: Análise Estratégica e Tecnológica.
- NT10 - Gás Natural: Dinâmica da Indústria no Brasil e Tecnologias Emergentes de Transporte Distribuição e Estocagem.
- NT11 - Tendências Tecnológicas da Indústria de O&G Ditadas por Condicionantes Regulatórios Ambientais.
- NT12 - Identificação e Análise dos Gargalos Tecnológicos da Indústria de O&G na área de Meio Ambiente.
- NT13 - Impactos Sociais da Atividade de Exploração e Produção de Petróleo nas Baixadas Litorâneas e Norte Fluminense.
- NT14 - Prospecção Tecnológica: metodologias e experiências nacionais e internacionais.
- NT15 - Programa como solução – Planejamento e Implementação de investimentos em C&T
- NT16 - Sistema de Avaliação *Ex-Post* de Projetos Tecnológicos: uma Proposta para o CTPETRO.

## SUMÁRIO

<b>1. Introdução</b> .....	<b>1</b>
<b>2. Objetivo</b> .....	<b>2</b>
<b>3. Metodologia</b> .....	<b>3</b>
<b>4. Impacto do Crescimento Acelerado da Indústria de O&amp;G</b> .....	<b>5</b>
4.1. A experiência mundial .....	5
4.2. O Impacto na Região Fluminense .....	6
4.2.1. Região Norte Fluminense .....	6
4.2.2. Região das Baixadas Litorâneas .....	14
4.2.3. A situação da Região em resumo .....	14
4.2.4. Alguns municípios em mais detalhes .....	15
<b>5. Responsabilidade Social das empresas do Petróleo</b> .....	<b>25</b>
<b>6. Conclusões e Recomendações</b> .....	<b>29</b>
 <b>Anexo 1 - Sobre a formação de um centro de pesquisa e planejamento para o desenvolvimento socioeconômico da região petrolífera do Estado do Rio de Janeiro</b> .....	 <b>32</b>

## 1. INTRODUÇÃO

No Termo de Referência do Projeto Tendências, datado de abril de 2002, havia a previsão de serem realizados alguns estudos temáticos que identificassem elementos que normalmente condicionam o padrão de desenvolvimento e a competitividade dos vários setores de uma economia. Um desses temas era o dos impactos sociais da indústria do petróleo.

Convocados para realizar o estudo, os autores começaram a trabalhar em amarrações que ajudassem a melhor enquadrar o objeto do estudo. Estava claro que o interesse maior estava no impacto gerado pelo processo acelerado de investimentos que a Petrobrás e outras empresas de petróleo fazem na Região Norte Fluminense.

Pensou-se inicialmente em fazer o estudo sobre o impacto em Macaé, município que sedia as instalações da Petrobrás na Região, de seus fornecedores e de outras empresas ligadas à exploração do petróleo. No entanto, uma rápida leitura de reportagens sobre o desenvolvimento recente da Região, do fluxo migratório de populações que acontece de municípios vizinhos para Macaé e do impacto dos royalties pagos sobre a produção de petróleo às várias prefeituras locais, indicaram que o estudo teria que ser feito olhando-se a Região como um todo e – mais ainda – pelos mesmos fatores teria que ser incluída a Região das Baixadas Litorâneas, que inclui municípios como Rio das Ostras, Cabo Frio e Búzios. Assim, a região delimitada para o estudo foi aquela efetivamente impactada pela indústria do petróleo no Estado do Rio de Janeiro, seja esse impacto diretamente derivado de seus investimentos, seja pela contribuição que fazem aos cofres municipais através dos royalties.

Para fins deste trabalho então, o termo “região”, quando não qualificado, compreende os 9 municípios da Região Norte Fluminense (Campos, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição do Macabu, Macaé, Quissamã, São Fidelis, São Francisco do Itabapoana e São João da Barra), e os 12 das Baixadas Litorâneas (Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Rio Bonito, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia, Saquarema e Silva Jardim).

## 2. OBJETIVO

Definida a região do estudo, caberia ver o que efetivamente estudar. De cara era descartada a hipótese de se tentar fazer a avaliação propriamente dita do impacto social do desenvolvimento da indústria do petróleo na região, pois o prazo de três meses dado ao estudo não permitiria. Isso considerado e levando-se em conta também os interesses e instrumentos de ação do CTPETRO, definiu-se como escopo para o trabalho:

- i) fazer um reconhecimento geral sobre como vem se processando o impacto social causado pelo desenvolvimento da indústria do petróleo na região;
- ii) levantar como esse processo vem sendo estudado pelas entidades acadêmicas e como vem sendo administrado pelas prefeituras.

Com isso se poderá propor ao CTPETRO formas de apoio às autoridades municipais locais e a entidades de ensino e pesquisa que permitam, de um lado, a minoração dos impactos sociais negativos advindos do crescimento acelerado da exploração local de O&G, e, de outro, o melhor aproveitamento possível das oportunidades de desenvolvimento econômico e social advindos desse mesmo crescimento.

### 3. METODOLOGIA

Para a execução dos estudos no curto prazo conferido para o mesmo a equipe tentou, em primeiro lugar, levantar na Internet ou em bibliotecas estudos e informações já realizados sobre o tema “petróleo + impacto social”, resultando em muito pouco material. Seguiu-se a procura de grupos ou entidades que estivessem trabalhando na questão, também com pouquíssimos resultados, dentre os quais um grupo coordenado pelo Banco Mundial (vide referência 1).

Sobre o tema impacto social na região em estudo houve grande dificuldade de encontrar referências bibliográficas, o que talvez se explique pelo fato de que esse impacto se dá com mais intensidade só a partir dos últimos 4 ou 5 anos. Isso tanto no que diz respeito aos investimentos diretos das empresas, quanto no aumento da arrecadação dos royalties por parte das prefeituras. Foi mantido, no entanto, contato com as equipes (IBAM e UFRJ) que estavam/estão conduzindo dois estudos financiados pela ANP – Agência Nacional de Petróleo, especificamente sobre impacto social do petróleo em regiões do Brasil, incluindo as regiões fluminenses em questão. Dessas conversas foi possível focar melhor o estudo presente, procurando-se evitar duplicidades e explorar complementaridades.

Sem muitas informações de fontes secundárias, e dado prazo restrito para o trabalho – cerca de quatro meses – buscou-se uma metodologia de resultados rápidos, adotando-se uma empregada por algumas agências da ONU, que é baseada no método jornalístico. Esta consiste em se visitar a região/local pesquisado, conversar-se com pessoas que se acredita chaves e com outras que a oportunidade recomende, olhar criticamente as aparências, escutar o que se fala nas ruas, ler os periódicos locais, e tudo o mais que informe o que está acontecendo na região pesquisada. Como resultado, obtém-se pedaços de informações que o pesquisador deve tentar juntar para montar um quadro geral, algo bastante semelhante uma reportagem jornalística, mas com mais rigor científico.

Esse quadro geral permite que se faça uma pauta, que se trace um mapa do que se deve estudar ou pesquisar numa segunda etapa para que se tenha uma compreensão mais aprofundada do fenômeno em estudo. Enfim, ele deve responder às perguntas: O que está acontecendo na região, em especial aquilo que se relaciona com as questões sociais? Há problemas derivados da atividade de exploração do petróleo? Se os há, como solucioná-los? E, por fim, o que o órgão contratante da pesquisa (CTPETRO) pode fazer para ajudar na busca de soluções?

Com essa metodologia em mente a equipe iniciou viagens à região, visitou cidades e interior, conversou com populares e também entrevistou autoridades municipais, professores e pesquisadores de entidades acadêmicas (com dependências) locais, tais como CEFET, Universidade Cândido Mendes, Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF e UFF, culminando com a promoção conjunta com a Cândido Mendes de um workshop sobre o tema impacto social, do qual participaram representantes de empresas como a Petrobrás, de organizações como a OMPETRO – Organização dos Municípios Produtores de Petróleo, das prefeituras locais (Macaé, Campos e outras) e de diversas instituições acadêmicas como as já citadas e mais o IE/UFRJ e a UFRRJ.

Dessas visitas e entrevistas locais e do workshop, a equipe pode formar uma melhor visão sobre como o petróleo vem afetando a vida da região, como a população vem reagindo, como as prefeituras manejam o fenômeno, e como a academia vem estudando o problema. É a partir dessas informações que é redigida essa Nota Técnica.



## 4. O IMPACTO DO CRESCIMENTO ACELERADO DA INDÚSTRIA DE O&G

### 4.1 A experiência mundial

“Real ou potencialmente, as rendas geradas pela produção de petróleo e gás representam uma parte substancial do Produto Interno Bruto (PIB), do orçamento e do ingresso de divisas em muitos países em desenvolvimento que são produtores de petróleo. Sua disponibilidade representa tanto uma oportunidade como um desafio. Lamentavelmente, a evidência até o presente sugere que, com frequência, as rendas do petróleo se convertem mais em uma maldição do que numa ventura (para esses países)”

(...)

“**Gastando Mal os Recursos.** A riqueza do petróleo chega rápido com as novas descobertas, ou um rápido aumento do preço do óleo cru. A nova riqueza geralmente excede a capacidade de absorção da economia nacional e a capacidade institucional das agências de governo de assegurar a sua inversão de maneira eficiente. As inversões que derivam da bonança crescente geralmente são mal aplicadas. Isso não tem só conseqüências em termos do bem-estar econômico imediato, como também em relação com o bem-estar futuro: pouca ou nenhuma riqueza se cria para tomar o lugar (ou quiçá para compensar a diminuição) dos ativos petrolíferos ou para o benefício das futuras gerações.”

“Algumas considerações se incluem sob este problema. Não é simplesmente uma questão de capacidade de absorção. Em primeiro lugar, as políticas e decisões relacionadas com o giro da riqueza petrolífera são freqüentemente assimétricas. Más decisões feitas nos anos de abundância são muito difíceis de corrigir nos anos de queda. O desafio dos políticos é outra consideração muito importante. A riqueza petrolífera provoca fortes respostas emocionais relacionadas a sua percepção como “patrimônio nacional”. Como resultado, há uma forte tentação de se usar a riqueza e a política petrolífera para ganhar pontos e obter resultados políticos, os quais podem ser nada consistentes com uma legítima política de desenvolvimento. Finalmente, a riqueza petrolífera estabelece um caminho fácil à corrupção.”

O texto acima foi retirado do sítio do Banco Mundial <sup>(1)</sup>, onde há uma seção voltada para a discussão do que foi chamado de “Melhores Práticas para Fazer Frente aos Impactos Sociais das Operações de Petróleo e Gás” (sub-seção “Manejo das Rendas”). Para essa discussão, o Banco Mundial convidou representantes de organizações tão importantes e aparentemente antípodas como a Chevron, BP, Exxon, BP Amoco, Conservation International, IFC, WWF, Shell, Transparency International e outras. Dessa fonte insuspeita e abalizada se pode tirar a conclusão de que todo o cuidado deve ser tomado para que os efeitos sociais locais da exploração do petróleo sejam positivos, especialmente naqueles casos em que a exploração se inicia de forma súbita e tem um horizonte de apenas algumas décadas à frente.

---

<sup>1</sup> BANCO MUNDIAL. Mejores Prácticas para Hacer Frente a los Impactos Sociales de las Operaciones de Petróleo y Gas. Manejo de las Rentas. Disponível em: <http://www.worldbank.org/ogsimpact/mgroverviewsp.htm>. Visitada em 3/02/2003.

Considerando esses locais de exploração de horizonte mais curto, haveria exemplos no mundo onde as oportunidades geradas pela exploração do petróleo foram bem aproveitadas e geraram benefícios econômicos e sociais para as populações locais? Das pessoas entrevistadas, todas as respostas a essa pergunta convergem para apontar uma só localidade, que é a região de Aberdeen, na Escócia. Lá, se diz, conseguiu-se impor um certo direcionamento nos investimentos das empresas petrolíferas e do governo para que, por exemplo, as empresas fornecedoras daquelas dominassem tecnologias que lhes permitissem fornecer para outros setores, findo o ciclo do petróleo.

No outro extremo, o dos exemplos negativos, menciona-se recorrentemente a região de Lagos, na Nigéria, onde a contabilização dos efeitos sociais perversos sobrepuseram em muito os benefícios conquistados. Há muitos exemplos também da exploração em locais inexplorados pelo homem dito civilizado, como a floresta Amazônica equatoriana e peruana, onde as culturas locais são praticamente absorvidas pelo “colonizador” que chega.

Salta aos olhos que a diferença entre a capacidade de colher mais ou menos benefícios dessa verdadeira “corrida do ouro” que aporta à região, está na forças econômica e cultural pré-existentes localmente. Como resistir e, em especial, como interferir nos interesses de investidores que trazem bilhões de dólares em seus bolsos, que objetivam o maior lucro possível no mais curto prazo que a Natureza permita, e que normalmente não têm nenhum interesse particular nos aspectos sócio-econômico-culturais locais?

Ora, o sujeito de qualquer ação que busca o equilíbrio entre interesses de grupos sociais é só um em qualquer lugar do mundo: o Estado. Mas se o “quem” da ação é fácil de identificar o “como” fazer isso é evidentemente bem mais complexo. Mais ainda o é o como fazer isso (ou como contribuir para isso) usando de instrumentos relacionados com os conhecimentos das ciências e das tecnologias, que são aqueles manejados pelo CTPETRO e MCT. Esse é o desafio deste trabalho, que prossegue buscando a identificação desses instrumentos.

## **4.2 O impacto na região Fluminense.**

### **4.2.1 Região Norte Fluminense**

A história econômica da Região Norte Fluminense é bastante conhecida. Extremamente dependente da monocultura da cana-de-açúcar, a Região vivenciou períodos áureos em séculos passados, decaiu, enfrentou sucessivas crises e se estagnou, até que a exploração do petróleo viesse a dar novo impulso à região.

Alguns números podem ilustrar em mais detalhes e precisão o que se está a afirmar.

Em 1930 havia 32 usinas de açúcar e álcool operando na região. Em 2000 esse número passa para 12 <sup>(2)</sup> e, segundo se apurou nas visitas realizadas, mais duas estaria deixando de operar em 2003. Essa redução do número de usinas poderia ter ocorrido por fusão ou incorporação. Mas o que ocorreu foi realmente diminuição da produção. O pico de produção

---

<sup>2</sup> CONSÓRCIO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISA DA REGIÃO NORTE FLUMINENSE. Boletim Técnico nº 07: A Evolução do Emprego Formal na Região Norte Fluminense: Uma análise do período 1997-2001. p. 30. Disponível em: <http://www.cefetcampos.br/nucleosdepesquisa/observatorio/publicacoes.html>. Visitada em: 3/02/2003.

de cana na Região foi durante o 2º choque do petróleo e o auge do Proálcool. Nesse período, que vai de 1977 a 1982, a média anual de produção de cana foi de 7.025 mil t. Já no período recente, entre 1995 e 2000, a produção média foi 4.874 mil t (3.934 mil t em 2000) <sup>(3)</sup>, ou seja, uma redução de 44%.

As 12 usinas que restaram ainda operam com capacidade ociosa. Na safra 2000/2001, essas 12 usinas operaram com uma capacidade ociosa média de 54,6% para moagem de cana, 90,9% para a produção de álcool hidratado, 67,8% na produção do anidro e 55,6% na produção de açúcar <sup>(4)</sup>.

De todos os municípios da Região voltados para a economia da cana-de-açúcar, Campos sempre se destacou pela sua riqueza. Macaé jogava um papel secundário e os demais, a exceção de São João da Barra que tinha uma vocação mais pesqueira e turística, eram meramente periféricos.

A Região Norte Fluminense, como já mencionado, inclui atualmente 9 municípios: Campos dos Goytacases, Carapebus, Cardoso de Morais, Conceição do Macabu, Macaé, Quissamã, São Fidelis, São Francisco de Itabapuna e São João da Barra, todos eles recebendo royalties do petróleo.

Os municípios de Campos, com cerca de 406 mil habitantes, e Macaé, com aproximadamente 105 mil, concentram no conjunto 77,2% da população (Censo 2000) e 86% do PIB (base: 1999) <sup>(5)</sup>.

Na Região toda, ainda segundo o Censo 2000, do IBGE, residiam 696.988 habitantes, sofrendo um crescimento médio no período de 96 a 2000 de 1,6% a.a. Campos, cuja economia está estagnada, cresceu a sua população a uma taxa média no período de 1,1% contra 3,9% de Macaé. Não são disponíveis os números precisos atuais dessa população, mas segundo relatos das autoridades municipais de Macaé com quem a equipe manteve contato, o crescimento populacional nos últimos 3 anos, tanto da população que fixa residência no município, como o fluxo migratório diário, têm ocorrido de forma muito intensa, pressionando os transportes, o setor de habitação e de infra-estrutura. Estimam essas autoridades que cerca de 20 mil pessoas chegam e saem de Macaé diariamente. Isso inclui o visitante de poucos dias e aquelas pessoas de outros municípios que trabalham em empresas de Macaé cotidianamente. Já as projeções de residentes em Macaé para os próximos 5-10 anos feitas por essas mesmas autoridades, apontam para cerca de 500 mil habitantes. Por mais adivinhação que essas projeções contêm, o fato de só a Petrobrás estimar que vá investir US\$ 100 bilhões nos próximos 10 anos, sendo que Macaé é onde se concentram todos os investimentos em terra da exploração *offshore* da Bacia de Campos, faz pensar que tal crescimento populacional pode não estar muito longe da verdade.

---

<sup>3</sup> Idem referência 2, pp. 28 e 32.

<sup>4</sup> Idem referência 2. p. 37.

<sup>5</sup> Fonte: banco de dados da Fundação CIDE – Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.cide.rj.gov.br/bancodados/pib.htm>. Visitada em 3/02/2003.

Campos, embora se auto-intitule de a “Capital do Petróleo”, pouco nenhum impacto direto recebeu dos investimentos do setor de O&G na Região. Antes mesmo do “boom” do petróleo na Bacia de Campos, o município transformou-se na capital universitária do Norte Fluminense, sendo o marco inicial a criação da UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense em 1992.

Hoje campos sedia, além da UENF, dependências da UFF, CEFET, Universidade Cândido Mendes (UCAM), Estácio de Sá, Universo – Universidade Souza de Oliveira, dentre outras. Com isso, milhares de estudantes e professores foram atraídos para o município vindos de vários estados brasileiros, afetando o crescimento de setores como o comércio varejista e de alojamento e alimentação, responsáveis no conjunto por 33% do emprego formal em Campos no ano 2000 (vide Gráfico 3). A precariedade da economia, no entanto, não gera empregos de nível superior na cidade, fazendo com que essa população de estudantes não se fixe no local depois de graduados.

Ao final é Macaé que emprega boa parte desses estudantes. Segundo relato da UCAM – Campos, quase todos os alunos que se formam nas suas faculdades de Informática e Contabilidade já saem dos cursos empregados nas empresas de Macaé, onde o maior empregador já é o setor do petróleo. Os 3 gráficos a seguir ilustram esses comentários. Note-se a forte tendência de alta do emprego formal em Macaé contra a tendência de estagnação de Campos no período 97-2001. As linhas do gráfico praticamente se cruzam durante o ano 2000, a despeito de Campos ter cerca de 3 vezes a população de Macaé.

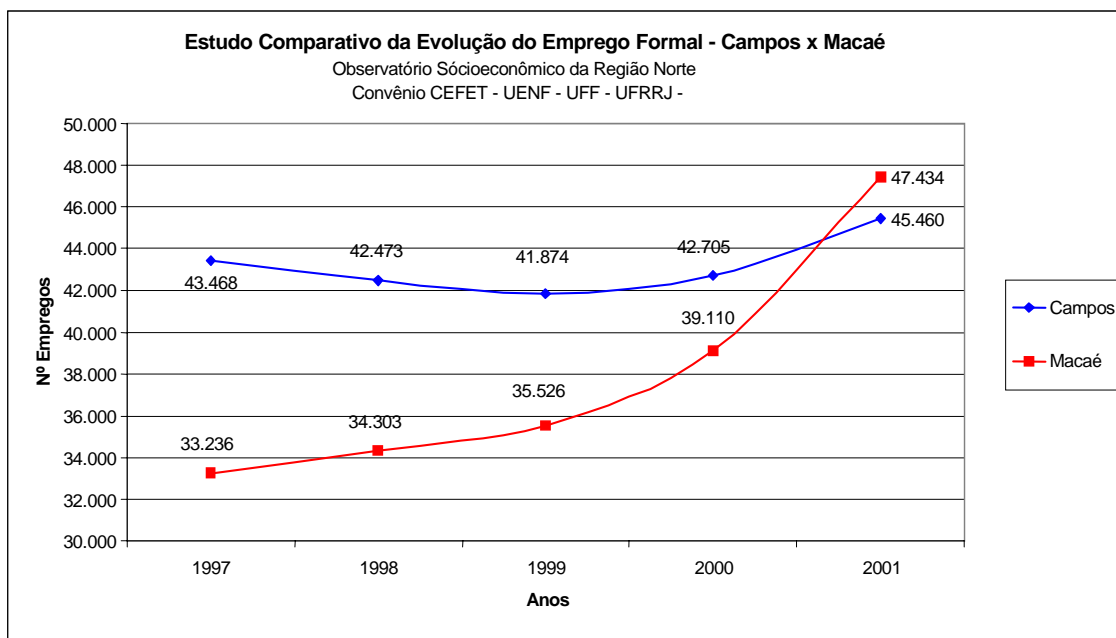


Gráfico 1: Estudo Comparativo da Evolução do Emprego Formal – Campos x Macaé

Fonte: Ministério do Emprego e Trabalho

Elaboração: Observatório/Cefet-Campos (RJ)

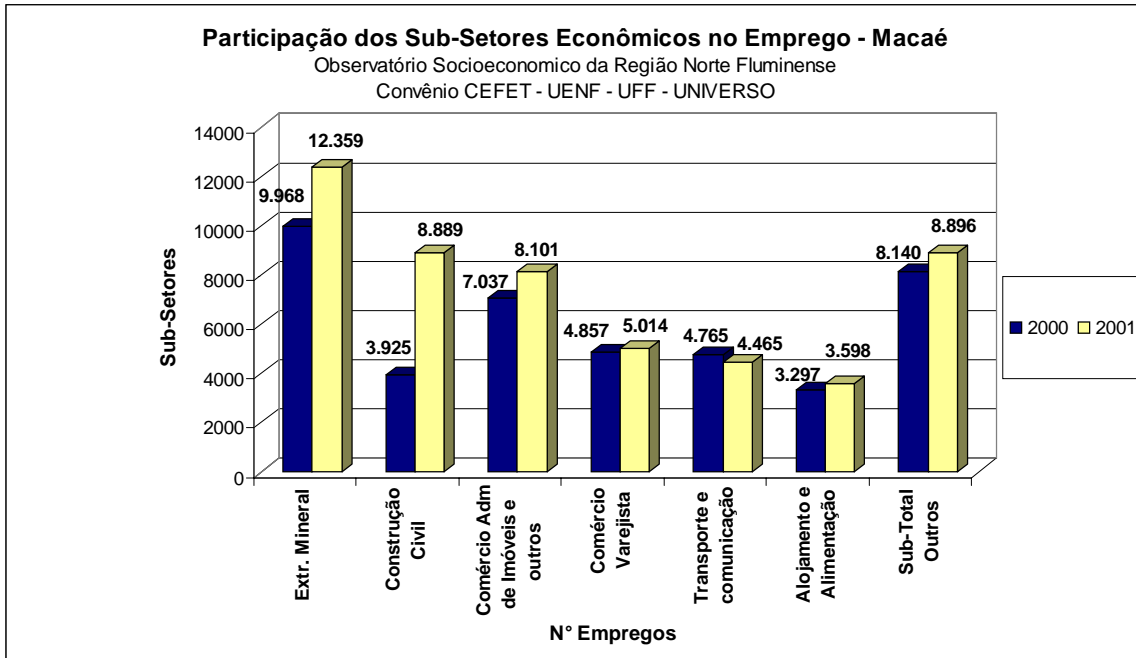


Gráfico 2: Participação dos Sub-setores no Emprego - Macaé

Fonte: Ministério do Emprego e Trabalho

Elaboração: Observatório/Cefet-Campos (RJ)

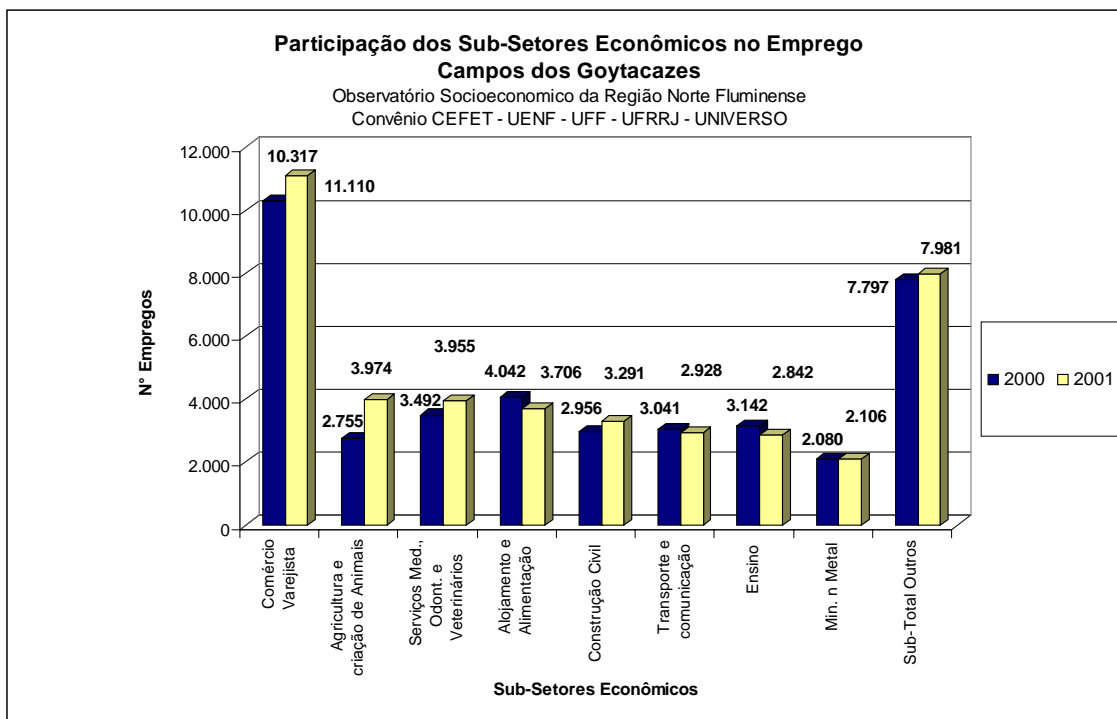


Gráfico 3: Participação dos Sub-setores no Emprego - Campos

Fonte: Ministério do Emprego e Trabalho

Elaboração: Observatório/Cefet-Campos (RJ)

Para se ter uma idéia da extraordinária dinâmica do crescimento do emprego formal em Macaé é interessante ainda ver-se os números do quadro a seguir, que compara o fenômeno que ocorre em Macaé com cidades selecionadas da região e do resto do país.

Quadro 1: Razão Emprego Formal/População (em %) – Cidades Seleccionadas do ERJ e Brasil

Cidades	População Total IBGE-2000	Emprego Formal Dez/2000	Emprego Formal Dez/2001	Razão Emp/Pop (em %)	Razão Emp/Pop (em %)
<b>Cidades Seleccionadas do Estado RJ</b>				<b>2000</b>	<b>2001</b>
Macaé	132.461	41.989	51.322	31,7%	38,7%
Niterói	459.451	109.774	114.968	23,9%	25,0%
Volta Redonda	242.063	48.589	48.601	20,1%	20,1%
Petropolis	286.537	46.433	50.237	16,2%	17,5%
Cabo Frio	126.537	19.363	21.252	15,3%	16,8%
Itaperuna	86.720	11.229	11.765	12,9%	13,6%
Campos	406.986	42.210	44.370	10,4%	10,9%
<b>Cidades Seleccionadas do Brasil</b>				<b>2000</b>	<b>2001</b>
Macaé	132.461	41.989	51.322	31,7%	38,7%
Caxias do Sul	360.419	92.696	103.968	25,7%	28,8%
Joinville	429.604	92.965	99.489	21,6%	23,2%
Ribeirão Preto	504.923	101.323	114.729	20,1%	22,7%
Piracicaba	329.158	63.764	70.329	19,4%	21,4%
Londrina	447.065	88.473	94.556	19,8%	21,2%
Juiz de Fora	456.796	90.277	92.903	19,8%	20,3%
Pelotas	323.158	43.788	48.109	13,6%	14,9%
Petrolina	218.538	20.972	24.204	9,6%	11,1%
Campos	406.989	42.210	44.370	10,4%	10,9%

Obs.: Dados de População corrigidos pelo IBGE

Fonte: MTE e IBGE

Elaboração: Observatório/Cefet-Campos (RJ)

Todos os gráficos e quadro anterior foram obtidos no sítio do Cefet-Campos, no Boletim nº 7 já mencionado na nota de referência número 2.

Poder-se-ia, então, afirmar que a população de Macaé sente plenamente os efeitos positivos dos investimentos das indústrias do petróleo, pelo menos no que diz respeito ao emprego? Segundo as autoridades municipais e uma agência de empregos local consultada, a resposta é não: “Os melhores empregos vão para os amigos dos executivos das empresas que aqui se instalam, e eles vêm todos de fora.”, disse a agência. O Secretário Municipal de Indústria e Comércio de Macaé, Jorge Tavares Siqueira corrobora: “O pessoal local não está ainda preparado para assumir funções que exigem certo nível de especialização, só mesmo as funções mais rasas das empresas”.

O CEFET- Campos inaugurou em 1993 em Macaé uma escola de formação de profissionais, que atualmente mantém convênio com a Petrobrás para a formação de pessoal que atenda às exigências da indústria do petróleo, e a Estácio de Sá criou um curso de pós-graduação em gestão de empresas de petróleo. Mas as empresas têm pressa e por ora suprem mais suas necessidades de pessoal com técnicos especializados vindos do Rio e de outros grandes centros do Brasil e do exterior. Mesmo para funções de baixa especialização a população macaense sofre concorrência do pessoal de vários municípios

vizinhos. Disso tudo se explicaria um fluxo diário estimado em 20.000 trabalhadores e visitantes que chegam e saem de Macaé.

Desse ponto se pode tentar explicar melhor o impacto diferenciado que a indústria do petróleo causa na Região Norte Fluminense. Macaé recebe o impacto direto. Lá e praticamente só lá por ora é onde tudo diretamente relacionado com as empresas de petróleo acontece. Campos têm uma economia relativamente estagnada, em termos absolutos recebe a maior quantidade de royalties de todos os municípios da Região (incluindo os das Baixadas Litorâneas), mas tem uma economia de porte médio, que absorve sem maiores traumas os efeitos de atração de mão-de-obra ou da riqueza súbita da prefeitura. Já os demais sete municípios apresentam histórias passadas semelhantes, mas talvez diferentes perspectivas futuras.

Todos eles, à exceção de São João da Barra originalmente voltado para a pesca e hoje para o turismo, eram e ainda são economicamente caracterizados pela cultura da cana. Os engenhos existentes eram a maior fonte de emprego local e o grande gerador de renda. Mas esses engenhos assumiam nesses municípios a forma de enclaves econômicos, já que o lucro dos engenhos ia para os proprietários dos mesmos normalmente residentes em Campos, não havendo nenhum compromisso ou interesse em desenvolver essas localidades menores.

Em Campos o visitante observa hoje muitos prédios públicos suntuosos, teatros, parques e prédios residenciais que denotam a pujança do ciclo da cana. Nesses outros municípios não se vê nada que remeta a um passado glorioso. Há usinas decadentes funcionando ainda ou fechando as portas, população rarefeita e pequenas aglomerações urbanas que lembram vilas do século XIX.

Periféricos eram (e, de certa forma ainda o são) em relação a Campos, periféricos estariam se tornando hoje em relação à Macaé com o advento do ciclo do petróleo. O relato que se ouve é que eles estariam se transformando em municípios-dormitório de trabalhadores que afluem diariamente para Macaé, ou esvaziando em função das migrações definitivas para lá. Esse processo faz com que Macaé, por seu lado, enfrente problemas crescentes de favelização, invasões e loteamentos clandestinos.

Hoje, no entanto, há uma diferença fundamental em relação aos tempos do ciclo da cana. Pelo menos 3 desses 7 municípios menores (Carapebus, Quissamã e São João da Barra) recebem expressivos valores por conta dos royalties do petróleo, permitindo que eles ganhem uma grande autonomia na escolha de alternativas econômicas de desenvolvimento.

A lei que dispõe sobre a partição dos royalties não leva em conta a população de cada município beneficiado nem tampouco estabelece limites absolutos, o que acarreta grandes distorções quando se compara a receita orçamentária per capita dos mesmos. O quadro a seguir ilustra essas distorções e fornece uma visão global da participação dos royalties na receita orçamentária dos municípios tanto da Região do NF quanto das Baixadas Litorâneas.



**QUADRO 2 - DISTRIBUIÇÃO DOS ROYALTIES DO PETRÓLEO PELOS MUNICÍPIOS DAS  
REGIÕES NORTE FLUMINENSE E BAIXADAS LITORÂNEAS**

Região	MUNICÍPIO	ROYALTIES RECEBIDOS (R\$Mil)			População censo 2000	Royalties per capita (R\$1,00)	Rec. Orçam. base 2001 (R\$Mil)	Rec. Orç. per capita (R\$1,00)	Royalties s/ Rec.Orç base 2001	Média Rec Orç capita (1)	Rec.Orç. do Munic. s/média
		2000	2001	2002							
NF	Campos	94.025	118.237	172.779	406.511	425	381.410	938	31,0%	533	1,8
NF	Macaé	67.461	84.425	140.036	131.550	1.065	228.175	1.735	37,0%	558	3,1
BL	Rio das Ostras	36.510	48.044	75.808	36.769	2.062	140.208	3.813	34,3%	452	8,4
BL	Cabo Frio	23.371	29.955	52.076	126.894	410	136.521	1.076	21,9%	558	1,9
NF	Quissamã	25.077	28.130	36.860	13.668	2.697	69.789	5.106	40,3%	660	7,7
BL	Armação dos Búzios	12.071	15.608	26.345	18.179	1.449	40.751	2.242	38,3%	660	3,4
BL	Casimiro de Abreu	11.548	14.495	23.920	22.052	1.085	45.297	2.054	32,0%	452	4,5
NF	Carapebus	10.859	12.842	19.110	8.651	2.209	35.467	4.100	36,2%	660	6,2
BL	Cachoeiras de Macacu	3.648	4.586	6.747	48.460	139	n.d.	n.d.	n.d.	452	n.d
BL	Silva Jardim	3.377	4.250	6.265	21.239	295	23.400	1.102	26,8%	452	2,4
NF	São Joao da Barra	12.263	15.459	5.126	27.503	186	39.637	1.441	39,0%	452	3,2
BL	Araruama	2.251	2.847	4.154	82.717	50	n.d.	n.d.	n.d.	558	n.d
BL	São Pedro da Aldeia	2.119	2.660	3.809	63.009	60	31.286	497	8,5%	483	1,0
BL	Saquarema	2.053	2.578	3.693	52.464	70	62.168	1.185	4,1%	483	2,5
BL	Rio Bonito	2.053	2.578	3.693	49.599	74	n.d.	n.d.	n.d.	483	n.d
NF	São Francisco de Itabapoana	1.920	2.435	3.578	41.046	87	24.597	599	9,9%	452	1,3
NF	São Fidelis	1.986	2.474	3.463	36.774	94	27.859	758	8,9%	452	1,7
BL	Arraial do Cabo	1.735	2.353	3.337	23.864	140	19.756	828	11,9%	452	1,8
NF	Conceição do Macabu	1.655	2.063	2.885	18.706	154	15.187	812	13,6%	660	1,2
BL	Iguaba Grande		1.716	2.655	15.052	176	n.d.	n.d.	n.d.	660	n.d
NF	Cardoso Moreira	1.391	1.753	2.539	12.579	202	15.203	1.209	11,5%	660	1,8
	<b>Total</b>	<b>318.699</b>	<b>399.487</b>	<b>598.878</b>	<b>1.257.286</b>	<b>476</b>					

Notas: n.d. - não disponível

(1) com base na média de todos os municípios do Brasil do mesmo porte populacional

(2) receita orçamentária de Silva Jardim referente a 2002 (prev.)

Fontes: ANP, STN, UCAM

#### **4.2.2 Região das Baixadas Litorâneas**

No quadro são incluídos também dados dos municípios das Baixadas Litorâneas que também são beneficiados com royalties. Eles têm uma história bem distinta daquela do Norte Fluminense. O principal município da Região é Cabo Frio, e, na maioria deles, há muitas décadas já se tem o turismo como principal atividade econômica. São milhões de turistas nacionais e estrangeiros que visitam a região anualmente. Só Cabo Frio, por exemplo, diz que recebeu mais de um milhão de turistas no último verão <sup>(6)</sup>.

O crescimento populacional de ambas as regiões no período 1996-2000 dá uma boa noção da diferente dinâmica de cada uma. Enquanto as Baixadas Litorâneas passaram de 469,9 mil habitantes para 560,3 mil habitantes no período (4,5% a.a.), o Norte Fluminense cresceu apenas 1,6% a.a. (653,8 mil para 696,9 mil habitantes). E se retirarmos Macaé do conjunto do Norte, esse crescimento cai para 1,1% a.a.

Já havia, então, nas Baixadas Litorâneas um dinamismo próprio quando se dá esse “boom” dos royalties do petróleo a partir de 1999, alavancando a capacidade de investimentos das prefeituras – uns mais outros menos, como se vê no quadro. De uma forma geral, esses municípios não têm necessidade de criar alternativas econômicas ao que já existe – o turismo – situação bem distinta daquela observada nos municípios com histórico de decadência econômica do Norte Fluminense.

Em termos de impacto direto da indústria do petróleo nessa outra Região, apenas Rio das Ostras parece sofrê-lo. Rio das Ostras é, por assim dizer, “o vizinho mais bonito” de Macaé. Rio das Ostras é uma cidade de pousadas, restaurantes, locais de diversão para turistas e casas de veraneio. Suas praias são agradáveis e relativamente bonitas. Já Macaé sempre foi uma cidade feia, quente e com um litoral sem nenhum atrativo. A consequência é que boa parte dos que trabalham durante a semana em Macaé preferem morar em Rio das Ostras. Isso provoca um aumento da demanda por residência em Rio das Ostras e um intenso fluxo de tráfego diário entre as duas cidades.

Além disso, a prefeitura de Rio das Ostras compete diretamente com Macaé na atração das empresas ligadas ao petróleo. O fato é que a fronteira municipal entre os 2 municípios dista cerca de 15 minutos somente da cidade de Macaé. A Petrobrás escolheu o município de Macaé como sua sede e obriga seus fornecedores a não se fixarem a mais de 20-30 minutos da mesma. Isso permite que Rio das Ostras faça como fez um distrito industrial na fronteira com Macaé e dispute com esta a atração de empresas usando benefícios fiscais como instrumento.

#### **4.2.3 A situação da região em resumo.**

Em resumo, pode-se tentar tipificar a situação dos municípios das duas Regiões na seguinte forma:

---

<sup>6</sup> Texto de entrevista do prefeito de Cabo Frio, Alair Corrêa, dada em 16/08/2002. Disponível em: [http://www.cabofrio.rj.gov.br/ascom/entrevista.asp?cod\\_ent=91](http://www.cabofrio.rj.gov.br/ascom/entrevista.asp?cod_ent=91). Visitada em 3/02/2003

- há 2 municípios onde o impacto do desenvolvimento da indústria do petróleo se observa de maneira mais direta: Macaé, onde ocorre uma explosão urbana e econômica; e, secundariamente, Rio das Ostras, pela extrema proximidade geográfica com Macaé. Entre as duas sedes municipais há hoje praticamente uma avenida de cerca de 30 km toda cercada de prédios.
- Há um segundo grupo de municípios com dinâmica econômica própria – aqueles que vivem do turismo – que não sofrem impacto direto dos investimentos da indústria do petróleo, e suas prefeituras, em maior grau (São João da Barra, Cabo Frio e Búzios) ou menor grau (Araruama, São Pedro da Aldeia, Saquarema, Arraial do Cabo e Iguaba), tiveram seus orçamentos reforçados pelos royalties.
- O terceiro grupo é formado por aqueles municípios que necessitam reinventar suas economias. Pelo montante de royalties que recebem, uns têm mais condições para tal (Campos, Quissamã, Casemiro de Abreu e Carapebus), outros menos (São Francisco do Itabapoana, São Fidelis, Conceição do Macabu e Cardoso Moreira).

#### **4.2.4 Alguns municípios em mais detalhes**

As visitas, entrevistas e leituras realizadas pela equipe permitem que se tente descrever mais em detalhes como algumas prefeituras vem utilizando os royalties do petróleo ou como vem administrando esse processo de crescimento, seja da economia, seja do orçamento municipal. Vejamos um município de cada um dos 3 grupos tipificados acima, quais sejam Macaé, Cabo Frio e Quissamã.

##### **Macaé**

Macaé vive nos últimos anos uma situação típica de cidade-sede de uma “corrida do ouro”. Nas ruas ouvem-se vários idiomas estrangeiros e sotaques brasileiros. Hotéis e restaurantes estão lotados de 2<sup>a</sup> a 6<sup>a</sup> e cobram preços muito superiores à média nacional para estabelecimentos do mesmo nível. Nos fins de semana estão todos vazios, demonstrando que aquela população não se fixa na cidade. O trânsito fica bastante difícil nas horas de pico, agravado por enormes carretas que carregam máquinas e equipamentos para a indústria do petróleo.

Obras públicas e privadas podem ser vistas por toda parte. A prefeitura investe em novas avenidas, asfaltamento, iluminação pública e ajardinamento. Este último, aliás, era o que mais chamava a atenção no final de 2002 quando a equipe fez a última viagem à cidade, pois havia um verdadeiro “formigueiro” de jardineiros plantando flores por toda Macaé. Segundo informações obtidas da própria equipe municipal, a prioridade pessoal do atual prefeito até o fim do seu mandato em 12/2004 é o embelezamento da cidade.

Em áreas menos visíveis como a educação, uma placa na entrada da cidade já adverte os visitantes que Macaé ganhou prêmio do governo federal por estar com todas as crianças na escola. No sítio oficial da prefeitura lê-se que o município gasta 45% do seu já expressivo orçamento em educação, bem acima dos 25% obrigatórios pela Constituição. Diz ainda que Macaé tem o menor índice de analfabetismo do interior do Estado do Rio, só perdendo para a capital (<sup>7</sup>). Por outro lado, estudo publicado pelo Observatório/Cefet-Campos mostra que

---

<sup>7</sup> PRESTAÇÃO DE CONTAS 2002. Prefeitura Municipal de Macaé. Disponível em: [http://www.macaerj.gov.br/prest\\_contas/2002.asp](http://www.macaerj.gov.br/prest_contas/2002.asp). Visitada em 3/02/2003

Macaé tem um elevadíssimo índice de repetência escolar no ensino público municipal, quando comparado com cidades como Rio e Niterói, e é sempre superior à média do Estado do Rio (<sup>8</sup>).

No campo da saúde, a mesma fonte mostra um crescimento dos gastos municipais que vão de R\$ 956 mil em 1998 para R\$ 12.875 mil em 2002, quando foi inaugurado um novo hospital municipal, “antigo sonho da população” macaense. Também é mencionado que Macaé gasta 40,3% do seu orçamento em saúde (2001), enquanto o obrigatório pela Constituição é de 10,2%. Com esses gastos teria reduzido a mortalidade infantil atingindo o mais baixo índice do Estado do Rio, o que lhe valeu prêmio da UNICEF em 2000.

Apesar dessas importantes realizações, as autoridades locais entrevistadas reclamam que a prefeitura trabalha sem uma estratégia definida, sem planificação, sem avaliação de resultados e sem uma equipe qualificada para enfrentar o desafio de administrar um crescimento tão acelerado. Nas prestações de contas que a prefeitura coloca em seu sítio na internet em 2001 e 2002, são listadas centenas de realizações de maior ou menor impacto, juntando evento esportivo com projetos de saneamento, mas há poucas metas estabelecidas e muito menos avaliação de resultados ou do cumprimento dessas metas. Em resumo, não se sente que a prefeitura tenha um plano geral de gestão do município, que estabeleça diretrizes, que tenha clareza de prioridades.

Essa impressão é corroborada por um secretário municipal entrevistado: “Nós estamos sempre correndo atrás (dos efeitos dos investimentos das empresas de petróleo na cidade), sempre administrando problemas do dia a dia”, disse. Segundo ele, a relação da prefeitura com a indústria do petróleo no que toca a harmonização de planos e intenções – especialmente com a Petrobrás – é tímida hoje e foi praticamente inexistente no passado. O fato é que a prefeitura não tem demonstrado capacidade para interferir, para direcionar, para harmonizar os investimentos do petróleo para os interesses do município.

A prefeitura, por exemplo, não tem um plano diretor de uso do solo urbano e nem está elaborando um. Assim, a ocupação privada do solo macaense é desordenada, caótica, às vezes, e ilegal, freqüentemente. Em novembro a equipe assistiu a um seminário sobre Macaé e o meio ambiente, onde o Secretário Municipal da pasta mostrava fotos de uma área de proteção ambiental que tinha sido invadida por cerca de 6 mil pessoas, que lá construíram seus barracos. Ele declarou, então, que não via possibilidade de retirá-las de lá. Ora, a área urbana do município é uma pequena mancha cercada de vastas planícies onde se vê apenas gado. Por elas se pode crescer a cidade, ordenando a ocupação de indústrias, do comércio, de residências e do que mais se queira. Mas o que efetivamente acontece é o infelizmente normal nos processos de crescimento urbano do Brasil: especulação imobiliária nas áreas nobres, loteamentos clandestinos, invasões, favelização, tudo isso sem que o poder público interfira de forma decisiva a ordenar e/ou corrigir tais problemas.

---

<sup>8</sup> CONSÓRCIO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISA DA REGIÃO NORTE FLUMINENSE. Boletim Técnico nº 04: O Perfil da Educação na Região Norte Fluminense: Ensino Infantil, Fundamental e Médio. p. 24. Disponível em: <http://www.cefetcampos.br/nucleosdepesquisa/observatorio/publicacoes.html>. Visitada em: 3/02/2003.

Já a preocupação com o futuro sem royalties ou sem petróleo, o que acontecer primeiro, faz parte do discurso do primeiro escalão da equipe municipal, mas não foi detectada qualquer ação concreta no sentido de se estar criando hoje uma riqueza que venha a substituir o que o petróleo paga à geração que vive o presente. O fato é que se o pagamento dos royalties tem sua justificativa de ser no custeio de investimentos no presente para preparar o bem-estar das gerações futuras que não terão mais a riqueza do petróleo, a lei não traz em si nenhum mecanismo que contribua para que isso aconteça.

## Quissamã



Foto 1: vista aérea da cidade 1 - 2002



Foto 2: vista aérea da cidade 2 - 2002

A cidade de Quissamã é uma pequena vila onde residem 7.699 habitantes, que repartem o município com outros 5.977 habitantes que residem na área rural. A equipe marcou

entrevista com membro do staff municipal, mas houve problemas de última hora para a realização do mesmo. Assim, o que vai aqui relatado tem como fonte entrevistas com pessoas da região, leituras e visita à cidade.

Chegou-se à cidade pela estrada que liga Macaé à mesma, o que toma cerca de 30 minutos sobre asfalto. Dos dois lados da estrada observam-se grandes extensões de terras planas ocupadas com o plantio de cana ou a criação de gado de corte. Na entrada da cidade avistam-se as instalações do enorme engenho de cana que marcou a vida de Quissamã. A história do município, conforme sítio oficial da prefeitura, é transcrita abaixo. Ela é especialmente interessante porque espelha a história de toda a Região Norte Fluminense dependente da cana-de-açúcar. (9):

O Primeiro Engenho Central da América do Sul ...

Em função da conjuntura internacional e de fatores técnicos, os grandes proprietários de Quissamã decidem implantar um Engenho Central, estimulados pelos debates em torno do assunto, como forma de contornar a crise, melhorar a qualidade do produto e diminuir a mão de obra utilizada na produção.

A 6 de novembro de 1875 foi promulgado o Decreto Legislativo que introduziu a legislação referente aos Engenhos Centrais. Nesse mesmo dia o Governo Imperial pelo decreto nº 6.033, autoriza o funcionamento da Cia. Engenho Central de Quissaman, aprovando seus estatutos.

Deu-se início à construção dos prédios e à importação do maquinário francês através da Cia de Fives-Lille.

A 12 de setembro de 1877 foi inaugurado o Engenho Central, o primeiro da América do Sul, em suas características. A partir de então foram desativados os pequenos engenhos da região, passando todos os produtores a entregar sua produção ao Engenho Central.

O esplendor...

Quissamã conheceu, nos 50 anos seguintes, um desenvolvimento que até hoje não voltou a viver.

Foi implantada linha férrea entre as fazendas e o Engenho e deste com o ramal da Leopoldina Railway, antiga E. F. Macaé-Campos, o que além de facilitar o transporte da cana e a exportação do açúcar, permitia o transporte mais rápido e confortável dos passageiros com destino ao Rio de Janeiro ou Campos.

Foi instalado serviço telefônico entre as fazendas, o Engenho e a Freguesia que perdurou até a década de 60, neste século.

---

9 PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ. Economia. Disponível em: <http://www.quissama.rj.gov.br/econo01.htm>. Visitada em: 3/02/2003.

A Igreja Matriz foi reconstruída, bem maior e bem mais equipada. Os filhos dos fazendeiros estudavam fora, no Rio ou em São Paulo, e no começo do século as moças deixaram de estudar em Quissamã com suas preceptoras estrangeiras ou ainda no colégio das irmãs e passaram a estudar, principalmente, no Colégio Sion. É desta época o florescimento da casa de comércio "Ribeiro&Filhos", de José Ribeiro de Castro Sobrinho que já era sócio da Cia. Engenho Central de Quissaman, além de fazendeiro.

O "Engenho" e a casa de comércio permitiam financiamentos e facilidades a seus fornecedores e clientes.

Com os ventos da abolição foram feitas débeis experiências de formação de núcleos de colonos imigrantes. Vieram portugueses, italianos e chineses. As colônias não vingaram, porém aqui permaneceram cinco famílias italianas e 3 chinesas que se uniram à brasileiras e ainda hoje encontram-se descendentes destes imigrantes, totalmente integrados à sociedade regional.

A crise de 1929...

A partir da crise de 1929, este quadro modificou-se. Alguns fazendeiros endividaram-se e acabaram perdendo suas propriedades em favor da Cia Engenho Central de Quissaman que praticamente passou a monopolizar a economia local.

Desde então, Quissamã conheceu um longo período de estagnação, interrompido apenas na década de 70, estimulado pelo Proálcool. Com a descoberta do petróleo na Bacia de Campos, começou a haver a retomada do desenvolvimento.

O Município de Quissamã

A população vislumbrando a perspectiva de crescimento econômico, sem dependência exclusiva do "Engenho", organizou-se para lutar pela emancipação.

O plebiscito foi realizado em 12 de junho de 1988, o resultado foi amplamente favorável à emancipação quando 3.309 eleitores disseram sim à emancipação contra apenas 84 negativas.

A lei estadual, oficializando a criação do Município de Quissamã, foi sancionada pelo Governador do Estado no dia 4 de janeiro de 1989. Em novembro do mesmo ano realizou-se a eleição para escolha do primeiro prefeito de Quissamã.

A 1º de janeiro de 1990 tomaram posse, no Auditório do Colégio Cenetista N.S. do Desterro, os Srs. Octávio Carneiro da Silva como Prefeito e Francisco Gonçalves Ramos, como Vice e nove vereadores que compuseram a primeira Câmara Municipal de Quissamã.

Hoje emancipada, Quissamã, caminha para um futuro cheio de expectativas positivas e de alternativas que, bem escolhidas, só poderão levar a um destino de sucesso.

O Petróleo

Com a verba dos royalties pagos pela Petrobrás, o município está podendo investir em obras de infra-estrutura como asfalto, saneamento, eletrificação rural e irrigação para pequenos e médios produtores. Com isso o município está se desenvolvendo a olhos vistos, se tornando

um ótimo local para a instalação de novas empresas, pois além do fácil acesso aos grandes centros, possui a tranquilidade do interior. A prefeitura vem qualificando a mão de obra através de cursos de especialização voltados principalmente para o setor petrolífero, agrícola e turístico.

#### Agricultura

O setor agrícola vem sofrendo mudanças radicais principalmente com o desenvolvimento da cultura do coco, mas a cana-de-açúcar continua sendo a principal atividade agrícola. Hoje o município é o terceiro maior produtor do Estado, ficando atrás apenas de Itaguaí e Saquarema. Nos próximos quatro anos Quissamã deverá ser o maior produtor de coco do Estado, pois a atividade tem crescido rapidamente. A prefeitura está financiando um projeto para implantar 1500 hectares de coco irrigado que beneficiará cerca de 40 produtores do município. O objetivo é de que sejam plantados 200 mil pés de coco que quando estiverem em produção, darão aproximadamente 200 milhões de frutos por ano, proporcionando uma renda de 7 milhões de reais que somados aos 4 milhões previstos para os plantios já existentes totalizarão uma renda de 11 milhões por ano, gerando ao todo cerca de 1000 empregos na região. A fruticultura, através do coco anão verde, será, portanto, a mola propulsora da economia no município.

Alguns pontos dessa história que chega até aos dias de hoje devem ser destacados para se poder entender melhor a situação atual. O primeiro é que as usinas, como já dito, assumiam uma forma de enclaves econômico-sociais onde se implantavam. Seus proprietários tinham suas referências culturais e econômicas nos grandes centros como Rio e São Paulo, mencionados como os locais para onde os filhos dos fazendeiros/usineiros iam estudar. Em outras palavras, ali se gerava algum emprego (ou quase todo o emprego), mas não era o objetivo dos donos do capital de então construir lá uma cidade onde iriam morar e fazer suas vidas. Quissamã, aliás, nem cidade era, mas apenas um distrito de Macaé, de quem se emancipou concretamente só em 1990.

O segundo ponto interessante a destacar é que o Norte Fluminense não aproveitou bem os subsídios dados à época do Pró-álcool. Os usineiros tomaram empréstimos, mas não investiram em irrigação dos plantios, o que levou a região a ser a pior colocada nas medições de produtividade da cana no Brasil (cerca de 30t/ha contra 180t/ha em outras regiões). Essas usinas também já viviam situações financeiras complicadas, que se agravaram com mais endividamento com o Pró-álcool (na visita realizada mencionou-se que a última usina restante estaria sendo fechada por seus proprietários, Grupo Bezerra de Melo, mas que a prefeitura estaria arrendando a mesma para que ela não cessasse suas atividades).

O terceiro ponto é que, com os recursos dos royalties, a prefeitura vem incentivando a diversificação da agricultura, com esse plantio de cocos mencionado, o que representa um investimento expressivo. Se realmente esses investimentos gerarem 1000 empregos, isso representa cerca de 14% da população quissamaense, teoricamente nas melhores condições de trabalho, que são aqueles com idade entre 20 e 60 anos (Censo 2000).

Com a parte que lhe coube na participação dos royalties, Quissamã tem a maior receita orçamentária per capita do Brasil – R\$ 5.106/hab (base:2001), conforme mostra o Quadro 4 – o que representa 7,7 vezes a média de municípios brasileiros do mesmo porte. Sua receita



orçamentária em 1997 foi de R\$ 14.801 mil <sup>(10)</sup> e de R\$ 36.860 mil em 2001 (+ 150%), tendendo a crescer ainda mais nos próximos anos em função do aumento da exploração do petróleo. E como a prefeitura vem gastando esses recursos? O que se pode colher em relação a isso é o que se relata a seguir.

### **Melhoria da gestão pública**

A prefeitura está contratando o núcleo de pós-graduação em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Cândido Mendes em Campos para elaborar um plano estratégico para o município. Com o investimento no plantio de coco, ela também tenta definir uma alternativa futura para a economia municipal. A sede da Prefeitura foi totalmente reformada e informatizada.



Foto 3: Sede da Prefeitura Municipal de Quissamã - 2002

### **Urbanização**

A cidade está toda asfaltada, as praças reformadas, há flores por toda a parte, iluminação pública sendo ampliada e outros cuidados com o equipamento urbano. Como já mencionado, a cidade é uma pequena vila de menos de 8 mil habitantes, o que torna esses investimentos muito fáceis de fazer e muito visíveis.

### **Saneamento**

O município investiu R\$ 3,5 milhões em parceria com a Cedae para ampliar a entrega de água para toda a cidade e alguns distritos próximos. Construiu também 5 estações de tratamento de esgoto, o que permitiu atingir o índice de 94% do esgoto da cidade, tendo fixado a meta de 100% em 2002.

---

<sup>10</sup> IBGE. O Brasil Município por Município. Disponível em: <http://www.ibge.net/cidadesat/default.php>. Visitada em 3/02/2003.

## **Lixo**

Segundo a prefeitura, 100% do lixo da cidade é coletado e tratado em usina de beneficiamento própria.

## **Educação**

A prefeitura desenvolveu uma estratégia interessante no campo da educação. A cidade conta com 21 escolas, sendo 14 municipais, 6 estaduais e uma privada, que atende uma população de cerca de 5000 alunos. Apenas duas atendem a alunos do 2º grau e não há ensino do 3º grau no município. Para esse excedente, a prefeitura colocou 6 ônibus com ar condicionado, que levam os alunos diariamente às escolas e universidades de Campos ou Macaé. E com recursos relativamente mais abundantes do que o Estado, ela fez “convênio com as escolas estaduais oferecendo professores e auxiliares para completar o quadro necessário ao seu bom funcionamento” (11). Uma volta pela cidade permitiu ver que várias escolas estavam sendo ou já tinham sido reformadas.

## **Turismo e entretenimento**

Quissamã está ficando conhecida pela quantidade shows que promove envolvendo conjuntos e cantores famosos. Na programação de shows de janeiro (12), vê-se anunciado Os Titãs para o dia 25 e Gilberto Gil, no dia 31. Há além disso vários outros eventos artísticos e esportivos em janeiro e fevereiro, todos no litoral do município, o que a prefeitura faz para promover o turismo durante o verão.

É bastante discutível se esses investimentos vultosos em shows com artistas famosos dá resultado para municípios tão pequenos e desconhecidos como Quissamã, seja em termos de afluxo de turistas ou mesmo lazer da população. Essa mania de shows não é exclusividade de Quissamã. Macaé, por exemplo, teria gasto R\$ 1,5 milhão para trazer uma escola de samba do Rio para um único show.

Essa observação abre para o relato de uma série de aparentes exageros de gastos em Quissamã. Já ao se chegar à cidade, atravessa-se um imponente pórtico que conduz o visitante para uma pista dupla dividida por canteiros floridos. O movimento de carros na cidade é quase imperceptível, o que não impede que uma zelosa prefeitura ponha guardas para dirigir o trânsito nos cruzamentos (?!). Quando a equipe entrou na cidade, eram umas 11 hs de um dia normal de trabalho, onde não se via quase ninguém a não ser no entorno do prédio da prefeitura, de onde se distribuía cestas básicas. Pessoas de outros municípios que foram entrevistadas haviam advertido que a prefeitura gastava demasiado com o asfaltamento de estradas pouco movimentadas e havia construído mais casas populares do que era necessário para a população carente de moradia. Realmente, o número de estradas vicinais asfaltadas impressiona quem conhece a realidade das estradas do interior do Rio, e

---

11 PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ. **Sócio-Economia**. Disponível em: <http://www.quissama.rj.gov.br/socio.htm>. Visitada em 3/02/2003.

12 PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ. **Eventos**. Disponível em: <http://www.quissama.rj.gov.br/eventos.htm>. Visitada em: 2/03/2003.

foi notado que há diversas casas populares recém construídas e fechadas na periferia da cidade, cuja ocupação, por outro lado, pode ser mera questão de tempo.

A Prefeitura Municipal de Quissamã, em conclusão, por um lado apresenta-se com um dinamismo, uma estratégia de gestão, e uma visão de futuro que são louvados por acadêmicos, burocratas e populares com quem a equipe teve contato na região. Por outro lado, parece exibir os velhos e folclóricos defeitos das gestões municipais brasileiras, que estabeleciam a sua marca com a construção de fontes de água iluminadas nas praças públicas. Guardas de trânsito apitando em esquinas onde não há trânsito, como se vê na cidade, é um luxo que parece vir do excesso de riqueza temporária que já permite sonhar com um futuro próspero traduzido em ruas tomadas por veículos.

É, então, importante ressaltar para fins deste trabalho que o que se vê normalmente de elogiável em administrações municipais no Brasil, principalmente em municípios menores e com a população menos informada, é quase totalmente fruto da qualificação profissional e política, e da vontade do prefeito e de sua equipe. Ou seja: é uma situação excepcional. Já o que se vê de criticável é fruto de uma normalidade, que é a falta de qualificação dos administradores, de transparência na gestão e de instrumentos que permitam à sociedade cobrar resultados da gestão da coisa pública.

### **Cabo Frio**

Cabo Frio, tradicional balneário turístico da Região das Baixadas Litorâneas, mais conhecida popularmente como Região dos Lagos, é o 4º município a receber mais royalties do petróleo de todo o estado, o que representou em 2001 31% da receita orçamentária do município, conforme se vê no Quadro 4.

Durante o verão, a cidade, que tem uma população residente de cerca de 126 mil habitantes (Censo 2000), pode receber 1 milhão de turistas, conforme estimativa do prefeito. Isso transforma a cidade num verdadeiro formigueiro, pressionando os transportes, as utilidades públicas como luz e água, a demanda por entretenimento, a ocupação das praias, dentre outras mazelas.

O prefeito atual foi eleito para o 1º mandato em 96 (período 1997-2000) e reeleito em 2000 para o período 2001-2004. Sua estratégia de gestão parece ter sido bastante compatível com o que se espera da administração de um município com as características turísticas de Cabo Frio. Alguns destaques:

- foram fechados diversos valões que tinham na cidade e reurbanizadas as ruas/avenidas onde eles se inseriam;
- foram reurbanizadas todas as avenidas do litoral da cidade, ordenando-se o comércio nas mesmas e nas praias, onde se verifica uma fiscalização rigorosa que mantém os padrões de qualidade atingidos;
- foram reurbanizadas todas as ruas do centro comercial da cidade, incluindo os principais locais de entretenimento noturno, uma das grandes atrações da cidade;
- no 2º semestre de 2002 a prefeitura transformou a cidade num canteiro de obras.

Esta e outras realizações da prefeitura são assim relatadas no seu sítio na Internet:

Com um calendário festivo anual repleto de grandes eventos, Cabo Frio todos os anos atrai um número cada vez maior de turistas que vêm à cidade em busca de diversão. Eventos como CaboFolia e Rodeio, e datas festivas como Carnaval e Réveillon, fazem o município ser procurado por quem quer curtir uma boa programação animada. Mas a cidade que tem o carnaval considerado o 2º maior do estado, não se preocupa apenas com entretenimento e investe maciçamente em saneamento, educação, saúde e urbanização, o que a torna centro de referência em qualidade de vida no estado do Rio.

Exemplo disso, é que no segundo semestre de 2002, mais de 30 ruas foram saneadas e asfaltadas apenas nos bairros Foguete, Braga, Jardim Excelsior, e Praia do Siqueira. Em novembro do ano passado foi inaugurado o pioneiro Hospital da Mulher, que em dois meses de funcionamento já realizou mais de 500 partos e é referência no atendimento às gestantes no estado.

Na educação, a cidade chega a um índice de aprovação do ensino médio de 91,2% e ultrapassa 25 mil alunos matriculados nas 65 escolas do município. Antes da virada do ano, moradores e turistas se surpreendiam com as 42 frentes de obras de urbanização espalhadas pela cidade totalizando cerca de R\$ 12 milhões em investimentos.

É desta maneira, administrando com responsabilidade os recursos públicos e direcionando os investimentos para áreas essenciais como saúde, educação, saneamento, reurbanização da cidade e desenvolvimento turístico, que nosso governo mantém uma aprovação popular de 97% – afirma o prefeito de Alair Corrêa, entusiasmado com o crescimento econômico da cidade.

Realmente, a cidade apresenta hoje uma face bastante diferente em relação há 7 anos atrás. Mas todas essas obras parecem ter se concentrado nas partes da cidade que são “consumidas” pelos turistas. Na periferia, vê-se grandes áreas favelizadas. O ensino, segundo professoras locais com quem a equipe conversou, apresenta uma qualidade muito baixa. E a parte de tratamento de esgotos seria nula. Segundo relato de secretários de outros municípios é zero o índice de tratamento de esgotos de Cabo Frio e de todos os municípios da Região das Baixadas Litorâneas, como Búzios, Arraial, São Pedro da Aldeia e Araruama, que têm como maior ativo natural a beleza do mar que banha seu litoral.

As conclusões em termos da qualidade da gestão municipal de Cabo Frio são, então, semelhantes as relativas a Quissamã, Macaé e outros municípios da região: planejamento deficiente, baixa qualificação da equipe, acertos por intuição no varejo, aproveitamento dos recursos excepcionalmente disponíveis pelos royalties bem aquém do possível e desejável.

## 5. RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS DO PETRÓLEO

Poucas empresas no mundo têm a capacidade de agredir de forma tão visível o meio ambiente como as do setor petróleo. Recentemente, no final de 2002, houve o acidente com o cargueiro transportando óleo combustível na costa da Espanha, fato que ganhou imediatamente todas as manchetes de jornais e telejornais do mundo, com as imagens de praias sujas e animais cobertos de óleo morrendo. Talvez não haja imagem que desperte mais a consciência ecológica da sociedade mundial e que provoque tanto a ira dos ambientalistas.

O marco inicial desses grandes acidentes foi aquele que ocorreu com o petroleiro Exxon Valdez em 1989 no Alasca. Vale a pena recordar alguns detalhes do ocorrido <sup>(13)</sup>.

"Logo depois da meia-noite do dia 24 de março de 1989, o petroleiro *Exxon Valdez*, levando mais de 1,2 milhão de barris de petróleo, bateu [em um recife] (...) no Alasca. Durante vários dias, o navio ficou precariamente encalhado num recife, ameaçando partir-se. Mais de 300.000 barris de petróleo vazaram no mar, cobrindo mais de 1.600 km de costa com uma mancha venenosa que matou milhares de pássaros, peixes e criaturas marinhas, e pôs em perigo todos os que dependiam do estreito. (...) A administração da Exxon foi culpada de causar o derramamento. Mais tarde, revelou-se que (...) o navio [estava] nas mãos de um terceiro oficial, que não era licenciado para pilotar o petroleiro."

"Na primavera de 1991, a Exxon avaliou ter gasto 2,5 bilhões de dólares em esforços de limpeza nos verões de 1989 e 1990, parando apenas no inverno."

"Durante meses os meios de comunicação estiveram ocupados por imagens dos esforços remunerados e de voluntários para limpar as praias e resgatar pássaros e outros animais doentes e agonizantes. Talvez essa tenha sido a imagem que mais ficou marcada nas mentes dos americanos entre as vistas em 1989."

"A Exxon, como todos os imensos conglomerados petrolíferos, químicos e minerais, 'anda num campo minado', onde um passo em falso pode detonar uma explosão de animosidade pública."

"Naquele mesmo ano [1989], mais de 330 processos foram instaurados contra a Exxon por causa do acidente, inclusive por parte de pescadores de salmão e mais de uma dúzia de tribos nativas do Alasca. Cinquenta mil portadores de cartões de crédito da Exxon, enojados, devolveram seus cartões à companhia."

"Ao mesmo tempo que o derramamento ajudou a lançar estrondosamente um movimento ambiental vindo das bases da população e que passou a fazer parte da agenda política, ele deixou a Exxon e a indústria petrolífera com um "olho roxo" e levantou questões sobre a responsabilidade social e ética das empresas que ainda permanecem."

---

<sup>13</sup> LOURENÇO, A.; SCHRODER, D. Vale Investir em Responsabilidade Social Empresarial? p. 24. Disponível em: [http://www.ethos.org.br/docs/comunidade\\_academica/premio\\_ethos\\_valor/trabalhos/300\\_Alex\\_e\\_Debora.doc](http://www.ethos.org.br/docs/comunidade_academica/premio_ethos_valor/trabalhos/300_Alex_e_Debora.doc).

No Brasil, cabe a Petrobrás enfrentar a crítica pública e a legislação ambiental em cada acidente que ocorre. E eles são muitos... Em janeiro de 2000 foi um duto rompido que lançou 1,3 milhão de litros de óleo combustível na Baía de Guanabara, e ela contratou mais de 2000 trabalhadores, importou 22 mil metros de bóias de contenção da mancha de óleo e trouxe especialistas estrangeiros em recuperação do meio ambiente. Ela foi então multada em R\$ 51 milhões <sup>(14)</sup>. Em julho do mesmo ano houve um vazamento em refinaria no Paraná que jogou 4 milhões de litros de óleo no rio Barigui, que chegou até o rio Iguaçu, em Araucária. Mais R\$ 150 milhões de multa e pressão da opinião pública que a levou a investir na melhoria da tecnologia do seu sistema de dutos <sup>(15)</sup>. Depois houve casos de vazamentos que provocaram incêndio em favelas, vazamento em condomínio de luxo, ambos em São Paulo, e outros com menor repercussão na mídia. Com isso, a Petrobrás, tão orgulhosa dos seus feitos tecnológicos na exploração de petróleo em águas profundas e uma das 10 maiores companhias de petróleo do mundo, era chamada de “Emporcalhobrás” em programa humorístico de grande audiência nacional na TV.

Talvez por isso poucas companhias no Brasil investem tanto em sua imagem quanto a Petrobrás, principalmente através do apoio a projetos não diretamente relacionados com suas atividades. Seja esporte, cultura, artes, infância e, evidentemente, preservação do meio ambiente, em tudo se encontra a marca Petrobrás como patrocinadora.

O principal “calcanhar de Aquiles” da indústria do petróleo em todo o mundo é certamente o seu potencial de agressão ao meio ambiente. Em menor grau vem a questão da segurança do trabalho, principalmente nas plataformas “off-shore”. Já o impacto social negativo que a exploração do petróleo pode causar em determinados espaços geográficos, parece ser mais criticado quando envolve pequenas populações indígenas, como na Amazônia equatoriana ou peruana <sup>(16)</sup>.

Responsabilidade social é, então, muito traduzida/resumida pelo/ao trinômio saúde, segurança e meio ambiente. Ao último se dá a maior ênfase, pois é quem pode causar os maiores prejuízos à indústria. Isso pôde ser visto no 17º Congresso Mundial do Petróleo, realizado no Rio de Janeiro entre 1º e 5 de setembro de 2002. Seu lema foi “Indústria do Petróleo: Excelência e Responsabilidade para Servir a Sociedade”. Em que pese o lema, na prática, o tema dominante das palestras, do material distribuído pelas empresas e até de toda a decoração do enorme espaço de exposição do congresso, cheio de tapetes verdes e araras de madeira penduradas no teto, era o meio ambiente.

Notam-se avanços, no entanto. Como disse o presidente do Instituto Brasileiro do Petróleo e Gás, João Carlos de Luca, comentando os resultados daquele Congresso: “As discussões sobre a contribuição do setor para o desenvolvimento sustentável e sua responsabilidade mostraram que a indústria está empenhada em desenvolver tecnologias limpas, que

---

<sup>14</sup> Idem. Referência 13, p. 25.

<sup>15</sup> Idem. Referência 13, p. 26.

<sup>16</sup> BANCO MUNDIAL. Mejores Prácticas para Hacer Frente a los Impactos Sociales de las Operaciones de Petróleo y Gas. Prácticas de Mitigación de los Impactos Ambientales y Sociales. Disponível em: <http://www.worldbank.org/ogsimpact/esimoverviewsp.htm>. Visitada em 3/02/2003.

reduzam o impacto ambiental, e exercer sua função social de forma transparente. Nossa intenção foi despertar o início da discussão sobre responsabilidade social. Isso foi um ponto diferente em relação aos outros congressos" (17).

O IBP está também investindo nesse tema, como demonstra sua programação de cursos para 2003, onde se inclui um seminário sobre a responsabilidade social da empresas de petróleo.

A Petrobrás, por seu lado, segundo a exposição que seu representante fez no workshop em Campos já mencionado, está incorporando em sua visão de futuro a expressão "responsabilidade social". A visão 2010 da empresa seria "Empresa de energia, corporação internacional, foco na lucratividade e na responsabilidade social."

### **Definição**

Mas o que se entende exatamente por "responsabilidade social" das empresas? O precursor dessa visão no Brasil foi o sociólogo Betinho, que, no começo da década de 90, incentivou as grandes corporações a publicar balanços sociais, a par dos econômico-financeiros. Mas apenas a partir dos últimos 5 anos que esse conceito e movimento vem sendo mais alardeado e incorporado na política das empresas, talvez em reação ao agravamento da crise social do país. Um dos principais agentes dessa nova postura empresarial é o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, criado em 1998. Seu presidente, Oded Grajew, cunhou a seguinte definição: "Responsabilidade social é a atitude ética da empresa em todas as suas atividades. Diz respeito às interações da empresa com funcionários, fornecedores, clientes, acionistas, governo, concorrentes, meio ambiente e comunidade. Os preceitos da responsabilidade social podem balizar, inclusive, todas as atividades políticas empresariais." (18)

### **Na região em estudo**

No workshop, especificamente sobre o tema "responsabilidade social", fizeram exposições a Petrobrás já mencionada e o Secretário Municipal de Indústria e Comércio de Macaé, que na prefeitura tem a cargo fazer a ligação com as empresas que se implantam no município. Foi solicitado a ambos que expusessem o que estavam fazendo nesse campo. A Petrobrás mostrou que está com uma política muito bem definida para sua atuação na área social, e vem fazendo algumas ações típicas em Macaé, principalmente voltadas para a infância e adolescência. A integração da empresa se dá mais com entidades de ação social não governamentais do que com a prefeitura. Esta apresentou uma relação de pequenas ações em parceria com as empresas locais, também sem muita expressão ou ambição. Sempre se deve ter em mente ao analisar esse aparente desinteresse em formar parcerias que trariam mais recursos à prefeitura, que o problema de Macaé e de diversas prefeituras da região beneficiadas com os royalties não é exatamente falta de dinheiro. Às vezes, ao contrário, problema é até dinheiro em excesso que não se sabe onde aplicar.

---

17 Entrevista disponível em: <http://www.clube-do-petroleo-e-gas.com.br/wpc/wpc.html>. Visitada em: 3/02/2003.

18 Idem referência 16. p. 2.

Uma outra empresa que se sabe que investe em ações sociais ou benefícios comunitários na região é a multinacional El Paso, mas não houve possibilidade de se apurar detalhes. Da mesma forma, não houve possibilidade de se ver se outros municípios estariam fazendo parcerias com as empresas de petróleo, o que provavelmente não deve ocorrer fora de Macaé, que é onde elas se sediam.

Em resumo, há um discurso da prefeitura de Macaé, que é quem melhores condições teria de fazer parcerias com empresas de petróleo sob a égide da responsabilidade social, no sentido de efetivar essas parcerias. Mas ela não concretiza parcerias importantes. De outro lado, a Petrobrás parece disposta a cumprir a sua parte, definiu uma política corporativa muito clara em relação a isso, e vem fazendo um somatório de muitas pequenas ações na área social. Parece que falta alguém apresentar a ela desafios maiores.



## 6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Voltando ao início desse trabalho, foi dito que ele deveria responder às perguntas sobre o que estava acontecendo na região em função do crescimento acelerado da exploração do petróleo e do pagamento dos royalties às prefeituras, se haveria problemas a solucionar e no que o CTPETRO/MCT poderia ajudar para a busca dessas soluções. Vejamos.

No que toca ao impacto social do desenvolvimento da indústria do petróleo nas duas regiões estudadas – a Região Norte Fluminense e a Região das Baixadas Litorâneas – ambas no Estado do Rio de Janeiro, pode-se dizer que, de uma forma que engloba todos os municípios, as seguintes tendências foram identificadas:

- o mal-gastar os recursos públicos disponíveis em função da falta de planejamento e da ausência de controles e amarrações institucionais e sociais dos orçamentos municipais;
- no “epicentro” do impacto (Macaé e, secundariamente, Rio das Ostras) crescimento urbano acelerado e desordenado, especulação imobiliária, favelização, pressão contínua sobre a infra-estrutura de serviços públicos;
- sub-aproveitamento local das oportunidades de emprego e renda que são gerados pelos investimentos da indústria do petróleo e pelos royalties;
- baixa participação das empresas do petróleo no que diz respeito aos aspectos de responsabilidade social não relacionados com o meio ambiente.
- o não investimento hoje em projetos que preparem os municípios para um futuro sem a riqueza do petróleo (ou sem os royalties).

Os desafios seriam, então, fazer com que essas tendências fossem corrigidas para a situação inversa, ordenando o processo de crescimento urbano, forçando investimentos que gerem benefícios sociais permanentes para a população, e que preparem o bem-estar das gerações futuras, que não terão a riqueza do petróleo para explorar.

Qual a melhor forma ou estratégia para se vencer ou de colaborar para se vencer tais desafios, considerando os instrumentos de política com que conta o CTPETRO/Ministério da Ciência e Tecnologia? Basicamente, esses instrumentos são dois: formação de pessoal e produção e aplicação de conhecimento. Poder-se-ia, em consequência óbvia, propor-se aqui uma série de projetos pontuais, tais como cursos sobre planejamento e gestão urbana e regional, levantamentos sócio-econômicos, pesquisas mais aprofundadas sobre os efeitos sociais da aplicação dos royalties, elaboração de planos diretores de uso do solo e muitos outros.

No decorrer deste trabalho, no entanto, especificamente no já citado “workshop” que foi realizado em dezembro de 2002 na Universidade Cândido Mendes em Campos, 4 entidades de pesquisa e ensino da região uniram-se numa proposta de criação de um centro regional de planejamento. São elas a própria Cândido Mendes (Mestrado de Planejamento Urbano e Gestão de Cidades), e mais o Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos-CEFET/Campos, a Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF e a Universidade Federal Fluminense – UFF.

A proposta do Centro vai anexada à Nota Técnica e é sugerido à Coordenação do Projeto Tendências que a leve ao CTPETRO como um projeto a ser apoiado pelo mesmo, pois para a equipe que elaborou a Nota Técnica parece ser sempre uma grande vantagem estratégica trabalhar no nível da institucionalização da busca das soluções ao invés de operar no nível menor da produção de soluções pontuais. É claro que, como exemplo da tese, melhor que educar isoladamente uma pessoa ou mesmo montar e ministrar um curso será fundar uma escola que perpetue essa ação. Planejamento é um processo dinâmico, permanente e retroalimentado. Além disso, ele expressa uma vontade política e a vontade política de trabalhar para o bem comum pode até partir simplesmente de uma aspiração pessoal de um dirigente com espírito público. Mas isso normalmente é personalístico e temporário. Para ser permanente e institucional é melhor que a vontade política dos dirigentes para produzir o bem comum nasça da pressão da consciência política da população. E essa consciência se forma através da educação e da informação.

Esta seria a essência da atividade ou do ser do Centro. Ele avalia e expõe o processo de desenvolvimento sócio-econômico da região impactada pela exploração do petróleo. Avalia e expõe publicamente os resultados das ações das administrações municipais, mede a melhoria ou não da qualidade de vida das populações, por indicadores que ele mesmo pode ajudar a criar, informa como as prefeituras vêm gastando seus orçamentos inflados pelos royalties do petróleo, mostra como o futuro sem petróleo está sendo planejado, tudo isso no sentido de formar uma consciência social que force os administradores municipais para trabalhar para o bem comum.

A boa administração municipal depende de quadros técnicos bem formados. As entidades que propuseram a criação do Centro já fazem isso de maneira pontual e passariam a fazê-lo de forma mais organizada para atender as demandas das prefeituras.

A boa administração, o bom processo de planejamento e a boa pesquisa dependem de dados e informações confiáveis, outra atividade que o Centro deveria exercer, qual seja a de montar bancos de dados de informações que atendam as necessidades do planejamento público e privado, e a todos que desejem fazer trabalhos acadêmicos sobre o desenvolvimento econômico e social da região, incluindo o aspecto do impacto da exploração do petróleo.

A pesquisa e exposição das maiores demandas sociais da região seriam uma atividade a ser exercida ou coordenada pelo Centro, que poderia servir de pauta para ações das administrações municipais e das chamadas ações de responsabilidade social das empresas de petróleo. O próprio apoio à institucionalização do Centro seria algo a ser pleiteado a essas empresas.

Outra função seria a de prestar consultoria/assessoria para a elaboração de planos e programas das prefeituras e das empresas instaladas na região, o que geraria receita para o Centro. Outro cliente para estudos ou avaliações pontuais poderia ser os próprios órgãos que têm interesse nos reflexos regionais da exploração do petróleo, como o CTPETRO e ANP. Esta, por exemplo, está no momento realizando através de grupo técnico do IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal, uma pesquisa sobre como os royalties vêm impactando os orçamentos municipais e como a população local vê todo esse processo. Com o Centro esse tipo de avaliação poderia ser feito de forma permanente e talvez mais econômica.

Algo também da maior importância da ação do Centro é que ele poderia ajudar a quebrar a barreira de isolamento que existe entre as ações das várias prefeituras da região. Não se observa integração ou coordenação entre essas ações. Como foi relatado neste trabalho, as populações dos vários municípios menores são consumidoras das ofertas de, por exemplo, educação, saúde e emprego, de Macaé e Campos. Já a população que trabalha em Macaé é consumidora das ofertas de moradia de Rio das Ostras, Búzios ou Cabo Frio. Rio das Ostras investiu num distrito industrial na sua fronteira com Macaé para competir pela atração das indústrias que normalmente iriam para Macaé. Em resumo, não existe um planejamento que parta do ponto de vista regional, que racionalize e harmonize as ações dos municípios, que os ponha para discutir, por exemplo, uma ação integrada em saúde como preconizada pelo SUS.

Uma sugestão que esta equipe recebeu dos demais técnicos que compõem o projeto Tendências foi a de tentar criar um canal de oferta de tecnologias que apoiem ações das administrações municipais ou para o desenvolvimento das empresas locais. Esse canal poderia ser aberto pelo Centro, que receberia ou indentificaria as demandas tecnológicas regionais, e as encaminharia para a Rede de Tecnologia, que é composta por todos os grandes centros tecnológicos situados no Rio de Janeiro e que inclui a UENF, uma das quatro entidades que comporiam inicialmente o Centro. Uma outra fonte natural de tecnologia para a região seriam as próprias empresas ligadas ao petróleo, tanto as nacionais quanto as estrangeiras.

Com a formalização do Centro, estaria aberto também o canal de cooperação com outras entidades nacionais, estrangeiras e multilaterais que têm “expertise” na área de planejamento regional e urbano, incluindo algumas, como o Banco Mundial, que tem interesse específico no estudo dos impactos sociais da exploração do petróleo em qualquer parte do mundo onde isso se dê. Um exemplo concreto de colaboração técnica que já está sendo discutido e com instituto que está sendo criado pelo urbanista e ex-governador do Paraná, Jaime Lerner. A equipe formou uma comitiva de acadêmicos e autoridades municipais locais que visitaram o urbanista em Curitiba, tendo este dado estímulo e idéias para a formação do Centro, dispondo-se a colaborar com a formação e operação do mesmo.

O Centro seria, enfim, um lugar de convergência, o espaço de referência que falta para que autoridades que regulam as atividades da indústria petrolífera, como a ANP, para quem maneja os recursos do fomento ao desenvolvimento técnico-científico ligado a essa atividade, como o CTPETRO, para os administradores municipais que têm que vencer diariamente os desafios de gerenciar um processo às vezes caótico de desenvolvimento de suas localidades, para as próprias empresas de petróleo, muitas vezes criticadas pela falta de responsabilidade social como intervêm na vida das populações que vivem nas áreas de extração, para pesquisadores, para estudantes, enfim para que todos os interessados no tema “impacto social do petróleo” se encontrem, troquem idéias, harmonizem seus pontos de vista, obtenham informações importantes, promovam pesquisas cooperativas, tudo isso para que no final as riquezas das reservas petrolíferas possam ser exploradas de forma a promover o progresso com justiça social.

O apoio à formação e operação do mesmo pelo CTPETRO é a proposta à Coordenação do Projeto Tendências com que se encerra esta Nota Técnica.

## ANEXO 1

### **SOBRE A FORMAÇÃO DE UM CENTRO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DA REGIÃO PETROLÍFERA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos - CEFET/Campos  
Universidade Candido Mendes - UCAM  
Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF  
Universidade Federal Fluminense - UFF

Como resposta às sugestões retiradas do workshop “Impactos sociais da indústria do petróleo na Região Norte Fluminense”, promovido pelo Projeto CTPETRO – Tendências Tecnológicas e Centro de Pesquisas Candido Mendes, realizado na UCAM no dia 18/12/2002, o presente documento tem por motivação apresentar a capacitação das instituições de ensino e pesquisas instaladas na região Norte Fluminense para, em consórcio, encamparem o projeto de desenvolvimento de um centro de pesquisa e planejamento para o desenvolvimento socioeconômico da região petrolífera do Estado do Rio de Janeiro.

As regiões Norte e da Baixada Litorânea no Estado do Rio de Janeiro concentram mais de 80% da produção nacional de petróleo e gás natural. Tal fato concentra nas referidas regiões, concomitantemente, os impactos sociais positivos, negativos e os recebimentos das participações governamentais cabíveis à esfera municipal, reflexos das atividades de E&P.

Neste ambiente, um centro de estudos e pesquisas pró-desenvolvimento regional, teria, em linhas gerais, o papel de: i) capacitar e requalificar quadros do poder público e da iniciativa privada; ii) sistematizar, armazenar e disponibilizar informações socioeconômicas regionais; iii) diagnosticar as transformações sobre a qualidade de vida da população; iv) difundir o debate sobre a distribuição espacial, a destinação e o controle social das participações governamentais recebidas pela esfera municipal; v) assessorar estudos e projetos visando o desenvolvimento regional sustentável; vi) dar transparência à alocação dos recursos das participações governamentais pelos poderes públicos municipais; vii) monitorar a ações das empresas petrolíferas no que diz respeito às suas responsabilidades sociais; e, (viii) servir como fórum de debates e veículo de informação para apoio das ações de desenvolvimento regional.

A montagem de um centro de estudos e planejamento na própria região, para além do fato de internalizar instrumental analítico de alto nível nas instituições de pesquisa aqui sediadas, possibilita: i) o desenvolvimento da pesquisa com economias de custo, uma vez que a consulta de fontes primárias e a pesquisa de campo realizar-se-ia com equipe técnica local; ii) a incorporação ao processo de investigação do conhecimento pretérito dos pesquisadores residentes na região acerca da estrutura socioeconômica do território.

Cabe ressaltar que a presente proposta é de caráter preliminar, não estando ainda sedimentada a forma final de concretização do referido centro de estudos e pesquisas. Pode ser este projeto iniciado pela montagem de um “portal” na “web”, ser montado a partir de convênios de pesquisa, ganhar a forma de OSCIP, ou ainda ser incorporado a algum dos centros de pesquisa já existentes na região. Em virtude ainda do caráter incipiente da proposta, agregam-se aqui informações apenas de quatro instituições, a saber: CEFET/Campos, Universidade Candido Mendes, Universidade Estadual do Norte Fluminense e Universidade Federal Fluminense. Sendo certo, no entanto, a possibilidade de agregação de outras instituições, incluindo aquelas sediadas em outros municípios do Norte ou da Baixada Litorânea Fluminense ou na própria capital do Estado.

Restringindo-se à apresentação dos recursos e habilidades existentes regionalmente, vinculados a área socioeconômica, ou que a ela ofereçam suporte de forma mais direta, o presente documento obedece à seguinte organização:

1. Cursos de formação e qualificação
2. Centros e laboratórios de estudos e pesquisas
3. Produção recente mais relevante
4. Propostas de atuação do centro regional de estudos e pesquisas

## **1. CURSOS DE FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO (AFINS A ÁREA SOCIOECONÔMICA)**

### **1.1 Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos – CEFET/Campos**

- Curso de licenciatura em Geografia;
- Curso superior tecnólogo em Informática

### **1.2 Universidade Candido Mendes - UCAM**

- Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades (vide anexo);
- Mestrado em Economia Empresarial;
- Mestrado em Informática Aplicada;
- Graduação em Administração, Ciência Contábeis, Ciência Econômicas, Direito e Ciência da Computação.

### **1.3 Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF**

- Mestrado em Políticas Sociais

O Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense tem como objetivo proporcionar ao profissional graduado aprofundamento do conhecimento na área de Ciências Sociais, com concentração em Políticas Sociais, visando à formação de profissionais habilitados às atividades de ensino, pesquisa e atuação na área governamental ou pública não-estatal.

A opção por uma graduação em Políticas Sociais, englobando as áreas de meio ambiente, habitação, assistência social, educação, saúde, entre outras, se deve tanto à relevância destas questões para o desenvolvimento da região, quanto à possibilidade de um exercício efetivo de interdisciplinaridade, envolvendo diferentes profissionais que compõem a equipe de pesquisadores do CCH (antropólogos, arquitetos, cientistas políticos, filósofos, geógrafos, historiadores, pedagogos, sociólogos, etc). Deve ser lembrado ainda que, nos últimos anos, tanto as instituições de fomento à pesquisa (CAPES, CNPq, FINEP, etc) quanto as agências

internacionais de vocação social (Banco Mundial, PNUD, etc) têm valorizado sobremaneira estes estudos.

- Mestrado em Cognição e Linguagem;
- Mestrado e Doutorado em Ciências Naturais;
- Mestrado e Doutorado em Engenharia de Produção;
- Graduação em Ciências Sociais, Ciências da Educação e Agronomia.

#### 1.4 Universidade Federal Fluminense - UFF

- Curso de Pós-Graduação em Políticas de Saúde Pública;
- Curso de Pós-Graduação em Serviço Social Contemporâneo: Trabalho e Assistência;
- Curso de Pós-Graduação em Problemas Ambientais Regionais;
- Graduação em Serviço Social.

## 2. CENTROS E LABORATÓRIOS DE ESTUDOS E PESQUISAS

### 2.1 Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos – CEFET/Campos

- **NEED – Núcleo de Estudos em Estratégias e Desenvolvimento**

#### **Objetivos**

Pesquisar e formular estratégias que propiciem o desenvolvimento econômico integrado e sustentável dos municípios da Região Norte Fluminense

#### **Linhas de Pesquisa**

Estudar o contexto socioeconômico de cada município da Região Norte Fluminense, através da coleta e análise de dados e informações referentes a renda, educação, saúde, habitação e saneamento, e comparar com município de outras regiões do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil.

Avaliar a eficiência e o impacto das políticas das esferas municipal, estadual e federal no processo de desenvolvimento econômico local dos municípios da Região Norte Fluminense.

Estudar as Cadeias Produtivas Locais, buscando alternativas de integração horizontal e vertical e identificando os possíveis atores para a formação de redes

de cooperação entre agentes políticos e privados com vistas de aumento da competitividade sistêmica empresarial.

Estudar e difundir no meio acadêmico e produtivo a cultura do empreendedorismo, como uma alternativa ao processo de reestruturação por que vem passando o emprego formal.

#### ▪ **Observatório Socioeconômico da Região Norte Fluminense**

O Observatório Socioeconômico da Região Norte Fluminense foi criado em 02 de janeiro de 2001, através de uma parceria estabelecida entre o *NEED – Núcleo de Estudos em Estratégia e Desenvolvimento* do CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos e a UNIVERSO – Universidade Salgado Oliveira (Sede Campos) representada pela *Coordenação do Curso de Administração de Empresas*.

A partir de 02 de janeiro de 2002, também passaram a integrar e gerenciar o projeto do Observatório a UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense representada pelo *CCH – Centro de Ciências do Homem*, a UFF – Universidade Federal Fluminense representada pelo *Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional* e a UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro representada pelo *Setor de Operações Agrícolas*. Essas cinco instituições formam o Consórcio Universitário de Pesquisa da Região Norte Fluminense. Esse consórcio, atualmente, desenvolve dois trabalhos de pesquisa: O Projeto de Pesquisa intitulado *Configuração do Mercado de Trabalho da Região Norte Fluminense: Mapeamento das Cadeias Produtivas e Alternativas de Geração de Empregos* apoiado pela FAPERJ e o já mencionado *Observatório Socioeconômico da Região Norte Fluminense*.

O Observatório tem a finalidade principal de coletar, analisar e disponibilizar dados e informações que possam dar suporte à tomada de decisões de agentes públicos e privados e que auxiliem a concepção de políticas e estratégias municipais que venham a melhorar a qualidade de vida da população. Seus estudos estão direcionados para as áreas de emprego, renda, saúde, educação, habitação e saneamento dos municípios da Região Norte Fluminense: Campos dos Goytacazes, Macaé, São João da Barra, Quissamã, Conceição de Macabu, Carapebus, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana e Cardoso Moreira.

De forma complementar, o Observatório também monitora indicadores sócio-econômicos das principais cidades de cada uma das mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro: Noroeste – Itaperuna, Serrana – Petrópolis, Lagos – Cabo Frio, Sul – Volta Redonda, e Metropolitana – Niterói, com a finalidade principal de verificar se uma eventual tendência regional também se apresenta nas demais regiões do Estado.

O projeto do Observatório recebeu apoio financeiro no valor de R\$ 82.816,00 pela FENORTE, a ser desenvolvido no período de 01/Dezembro/2002 a 30 de Novembro de 2004.



## 2.2 Universidade Candido Mendes – UCAM

### ▪ Centro de Pesquisa Candido Mendes – CEPECAM

A necessidade de maior integração da Universidade com a comunidade local e a de melhoria na capacitação de docentes e discentes no trato com os problemas da economia local propiciaram a implantação, em 1985, do Centro de Pesquisa Candido Mendes – CEPECAM, que vem, desde então, desenvolvendo estudos, diagnósticos e pesquisas aplicadas aos problemas locais (vide item 3.2).

## 2.3 Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF

### ▪ Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico - LEEA / Setor de Estudos Urbanos e Regionais – SEUR

O Setor de Estudos Urbano e Regional do LEEA/CCH tem como coordenador o Professor Ailton Mota de Carvalho. A principal finalidade de pesquisa deste setor são estudos sócio-econômicos envolvendo a região Norte e Noroeste Fluminense do Estado.

O SEUR conta com a participação de sete bolsistas de iniciação científica, todos vinculados aos projetos desenvolvidos sob a coordenação do professor Ailton Mota de Carvalho. Possui uma infra-estrutura de muito bom nível, com equipamentos de informática e softwares que possibilitam uma pequena estrutura de geo-processamento.

## 2.4 Universidade Federal Fluminense - UFF

- **ESR-Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, Campos dos Goytacazes/RJ;**
- **Projeto Managé.**

Projeto de Pesquisa e Extensão da UFF, sob coordenação geral pelo prof. Airton Bodstein de Barros e coordenação regional da profa. Antenora Siqueira/ESR, de desenvolvimento regional sustentável, nos 18 municípios da bacia do rio Itabapoana, englobando municípios do Norte e Noroeste Fluminense, Sul do Espírito Santo e Leste de Minas Gerais, com base na gestão dos recursos hídricos e na gestão do desenvolvimento regional. Selecionado como um projeto oficial da Agenda 21 pelo Ministério da Integração. Selecionado pelo PNUD/ONU, dentre 250 projetos, como um dos 50 projetos exemplares de governabilidade, no momento concorrendo à seleção final das “*best practices*” latino-americanas em governabilidade de projetos de desenvolvimento local sustentável. Projeto que dura já 06 anos, estando no estágio de montagem da estrutura regional de gestão do desenvolvimento, ou seja, do Fórum e do Conselho de Desenvolvimento da Bacia do Itabapoana. Em termos de pesquisa, construiu um banco de dados denso sobre indicadores municipais e dos recursos naturais.

### 3. PRODUÇÃO RECENTE MAIS RELEVANTE

#### 3.1 Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos – CEFET/Campos;

##### 3.1.1 – Observatório Socioeconômico da Região Norte Fluminense

###### Publicações

BOLETIM N° 1: A Evolução do Emprego Formal na Região Norte Fluminense: Um enfoque sobre Campos e Macaé.

BOLETIM N° 2: A Avaliação da Qualidade do Emprego Formal na Região Norte Fluminense: um enfoque sobre Campos e Macaé.

BOLETIM N° 3: Investigação sobre o Perfil do Trabalho Informal em Campos: um Enfoque sobre os Trabalhadores de Rua (Camelôs).

BOLETIM N° 4: O Perfil da Educação na Região Norte Fluminense: Ensino Infantil, Fundamental e Médio.

BOLETIM N° 5: Favelas / Comunidades de Baixa Renda no Município de Campos dos Goytacazes.

BOLETIM N° 6: Uma Análise da Cadeia Produtiva de Cana-de-Açúcar na Região Norte Fluminense.

BOLETIM N° 7: A Evolução do Emprego Formal na Região Norte Fluminense: Uma análise do período 1997-2001.

BOLETIM N° 8: Indicadores de Qualidade de Vida nas Cidades das Regiões Norte e Noroeste Fluminense.

##### 3.1.2 Configuração do Mercado de Trabalho da Região Norte Fluminense: Mapeamento das Cadeias Produtivas e Alternativas de Geração de Empregos

Projeto desenvolvido em parceria com a UENF, UFF, UFRJ, UFRRJ e Universo, e com apoio Financeiro da FAPERJ no valor de R\$ 209.308,00 a ser realizado no período de 01/Agosto/2001 a 31/Julho/2003.

###### Objetivos

- Contribuir para o desenvolvimento local e regional do Norte Fluminense, através da identificação de opções para a transferência de tecnologia para micro e pequenas empresas, da dinamização da competitividade sistêmica e da criação de uma ambiência econômica favorável à difusão territorial e social do desenvolvimento.

- Formar redes de cooperação entre empresas, governo, universidades e outras instituições de ensino, P & D, C & T e capacitação, sindicatos e outras entidades representativas locais.
- Realizar estudos e diagnósticos das cadeias produtivas e análises das potencialidades de dinamização.
- Realizar estudos de modelos de articulação entre atores e de institucionalização das ações em prol do Desenvolvimento Regional e Local.
- Fornecer dados e subsídios para a formulação de políticas públicas mais amplas, nos três níveis de governo, acerca dos pontos fracos e fortes, das potencialidades e fragilidades a serem realçadas e enfrentadas no sentido de aumentar a capacidade operativa dos setores produtivos da região, a partir do diagnóstico de suas cadeias produtivas.
- Estimular a formulação de estratégias mais amplas e incentivar outros projetos que permitam aos agentes locais se consorciarem e se associarem em busca do crescimento econômico regional.
- Promover a melhoria das condições de atratividade da região através da pesquisa e divulgação de informações que favorecem investimentos externos que possam gerar renda e trabalho.

### **Resultados Esperados**

- Identificação do potencial das cadeias produtivas emergentes com potencial de promover o desenvolvimento econômico local da Região Norte Fluminense;
- Identificação de fraquezas e potencialidades das empresas locais com sugestões de ações reais e factíveis no sentido de apoiar a transferência de tecnologia com vistas ao aumento da competitividade e à geração de empregos;
- Sugestão de políticas e ações visando a promoção da articulação entre as pequenas empresas locais e os demais agentes públicos e privados no sentido de consolidar ações com vistas ao desenvolvimento econômico local.

## **3.2 Universidade Candido Mendes – UCAM**

### **3.2.1 CEPECAM;**

- Pesquisa de avaliação dos governos municipais de Campos dos Goytacazes, de Macaé, de São João da Barra, de São Francisco de Itabapoana e de Natividade.
- Pesquisa "A repercussão do Estatuto da Criança e do Adolescente nas políticas sociais e assistenciais em Campos dos Goytacazes".
- Pesquisa da Imagem da Petrobrás na Região Norte Fluminense– Pesquisa realizada com periodicidade anual, contratada pela Unidade de Negócios da Bacia de Campos da Petrobrás; 2001/2002;
- Pesquisa Diferenciais de Custo de Vida em Macaé – setor habitacional e educacional, contratada pela Unidade de Negócios da Bacia de Campos da Petrobrás, 2001.

### **3.2.2 Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades**

#### **3.2.2.1 Pesquisa: Análise das mudanças na estrutura produtiva do norte fluminense: subsídios às políticas de desenvolvimento regional.**

Equipe Executora: Profª Rosélia Piquet (Coord.), Profº Marcos Arzua Barbosa, 2 bolsistas de IC e 1 de AT  
Período: agosto de 2001 a julho de 2004.  
Financiamento: CNPq

##### **Objetivos**

O objetivo central da pesquisa é o de avaliar o potencial transformador da indústria petrolífera no norte fluminense quanto às mudanças na estrutura ocupacional nos municípios que constituem a região e a adequação da oferta de serviços educacionais.

##### **Relevância**

A pesquisa visa subsidiar as políticas públicas de incentivos à localização na região de empresas da cadeia produtiva do petróleo. O levantamento e a análise da adequação/inadequação dos cursos que estão sendo oferecidos, poderá fornecer indicações relevantes para a condução de reformas no ensino técnico, indo ao encontro dos estudos que estão sendo realizados pelo MEC, neste campo.

#### **3.2.2.2 Banco de Informações em Regionalização dos Investimentos e Práticas de Gestão Urbana - Base IPGU.**

Equipe Executora: Rodrigo Serra (Coord.), Profº José Agostinho Leal (Consultor) e 2 bolsistas de IC  
Período: desde março de 2001  
Financiamento: UCAM

##### **Objetivo**

A montagem da Base IPGU tem como propósito sistematizar de maneira original informações sobre investimentos regionais e sobre práticas de gestão urbana que possibilitarão ao corpo docente e discente manter-se atualizado sobre as transformações recentes da base produtiva local, assim como acompanhar de perto os problemas e as soluções vinculados à questão do desenvolvimento regional. Certamente que as informações referentes às demais regiões do país, também cobertas pela Base IPGU, fornecerão subsídios para a compreensão mais geral sobre os fenômenos que contextualizam as transformações sócio-econômicas no Norte Fluminense.

##### **Relevância**

A Base IPGU pretende reforçar a identidade do Mestrado, uma vez que fornece informações para a superação de análises baseadas exclusivamente nas pesquisas de âmbito nacional e estadual. A médio e longo prazo, com o acúmulo de informação, a Base IPGU poderá ocupar um espaço de referência para subsidiar o

planejamento regional e as decisões de investimento, servindo portanto tanto ao interesse público como privado. Com o acúmulo de informação pretende-se garantir uma posição privilegiada do CEPECAM enquanto órgão de pesquisa e planejamento regional.

### **3.2.2.3 - Economia política dos royalties petrolíferos na região norte fluminense**

Equipe Executora: Prof<sup>o</sup> José Agostinho Leal (Coord), Prof<sup>a</sup> Claude Cohen, Rodrigo Serra, José Luis Vianna e 3 bolsistas de AT.

Período: abril de 2001 a abril de 2003.

Financiamento: Tecnor e UCAM

#### **Objetivo**

A pesquisa tem como objetivo contribuir para o aprimoramento das políticas nacionais de petróleo e gás natural, no concernente: i) aos critérios de repartição espacial da “cota” municipal dos royalties e participações especiais; ii) aos efeitos da referida repartição sobre as finanças, as políticas públicas e o desenvolvimento dos municípios beneficiários.

#### **Relevância**

Embora os recursos repassados às prefeituras sejam volumosos não há ainda conhecimento acumulado capaz de propiciar uma avaliação criteriosa sobre uma suposta capacidade diferenciada destes municípios em promoverem o desenvolvimento regional. Esta lacuna justifica o estudo, sobre variáveis chaves para o desenvolvimento local/regional, tais como: o custeio de uma urbanização acelerada, a capacidade de investimento, a estrutura de dispêndio e o avanço de instituições de controle social.

Assim, a montagem de um núcleo de investigação sobre a problemática da distribuição e uso dos royalties e participações especiais na região, para além do fato de internalizar instrumental analítico de alto nível nas instituições de pesquisa aqui sediadas, possibilita: i) o desenvolvimento da pesquisa com economias de custo, uma vez que a consulta de fontes primárias e a pesquisa de campo realizar-se-ia com equipe técnica local; ii) a incorporação ao processo de investigação do conhecimento pretérito dos pesquisadores residentes na região acerca da estrutura sócio-econômica do território.

### **3.2.2.4 Visão Estratégica do Município de Quissamã .**

Pesquisador responsável: Roberto Chiarella (Doutor)

Período: janeiro de 2001 a dezembro de 2002.

Financiamento: Prefeitura Municipal de Quissamã.

#### **Objetivos**

Os objetivos estão dirigidos à elaboração, sistematização e interpretação de um sistema integrado de informações, tanto quantitativas como qualitativas, da oferta de fatores diferenciais do Município, especialmente no que se refere à disponibilidade

de recursos humanos, qualificações, infra-estrutura e serviços, frente a outros municípios e que gerem condições efetivas de atratividade para Quissamã.

### **Relevância**

As visões tradicionais acerca de políticas públicas não privilegiam em absoluto a adoção de medidas voltadas à elevação da qualidade de vida da população e à preservação do meio ambiente, elementos que deveriam estar contemplados de forma prioritária dentro de uma política responsável de aproveitamento dos recursos advindos dos royalties do petróleo. O fluxo de recebimento de tais recursos segue uma trajetória decrescente no tempo e, por isso mesmo, suas aplicações devem traduzir-se em atividades economicamente sustentáveis no médio e longo prazo. Formular um amplo cenário que possa servir de base à tomada de decisões de investimento constitui, portanto, uma valiosa ferramenta a ser utilizada pelos governos locais para a promoção e a ordenação territorial.

### **3.2.2.5 Publicações e apresentações em eventos do Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades com foco na Região Norte Fluminense**

II Fórum de Negócios Imobiliários de Macaé. Macaé, 8 e 9 de maio de 2002. Apresentação dos resultados da pesquisa Custo de vida no Município de Macaé. Rodrigo Serra.

XXVII REDITEC, Reunião dos Dirigentes de Instituições Federais de Educação Tecnológica. Campos dos Goytacazes, 6 a 7 de junho de 2002. Trabalho apresentado: Distribuição Espacial do Emprego na Região Norte Fluminense. Rosélia Piquet

I Seminário Internacional sobre Refino de Petróleo. Campos do Goytacazes, 29 e 30 de julho de 2002. Trabalho apresentado: Impactos locais de grandes empreendimentos. Rosélia Piquet.

IX Simpósio de Engenharia de Produção. – Inovações na Administração Pública. UNESP - Universidade do Estado de São Paulo, Bauru, SP. 04 a 06 de novembro de 2002. Título: “Distribuição espacial dos royalties petrolíferos no Brasil : uma proposta de abordagem multi-critério.” Trabalho aprovado para apresentação. Helder Gomer Costa, José Agostinho Leal e Rodrigo Serra.

XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, Ouro Preto, Sessão Temática 3 – “Justiça Sócio-ambiental, Populações Excluídas e Movimentos Sociais”, do Grupo de Trabalho Meio Ambiente, a ser apresentado em novembro de 2002. Maria Gracinda Teixeira

XXX Encontro Nacional da ANPEC. Nova Friburgo, de 10 a 13 de dezembro de 2002. Trabalho aprovado para apresentação: Notas sobre os Fundamentos Econômicos da Distribuição Espacial do Royalties Petrolíferos no Brasil. José Agostinho Leal e Rodrigo Serra.

### **3.3 Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF**

#### **3.3.1 Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico- LEEA / Setor de Estudos Urbanos e Regionais – SEUR**

##### **3.3.1.1 Projeto de pesquisa integrado: estrutura, dinâmica espacial e qualidade de vida da rede urbana das Regiões Norte e Noroeste Fluminense.**

Financiado Pela Faperj  
Amplio diagnóstico sobre a organização espacial da região.

Desenvolvido no CCH/UENF- Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico- Setor de Estudos Urbanos e Regionais

Equipe:  
Ailton Mota de Carvalho (CCH/UENF/SEUR);  
Teresa de Jesus Peixoto (CCH/UENF);  
Roberto Cezar Rosendo (CCH/UEF);  
Maria Eugênia Ferreira Totti (CCH/UEF)  
3 alunos de bolsistas de iniciação científica

##### **3.3.1.2 Percepção ambiental sobre a indústria do petróleo na Região Norte Fluminense**

Financiado pela Petrobrás/CENPES  
Pesquisa de opinião sobre a percepção da população local sobre a atividade petrolífera em geral

Desenvolvido no CCH/UENF- Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico- Setor de Estudos Urbanos e Regionais  
Com a participação do CCT e do CENPES/Petrobrás

Equipe:  
Ailton Mota de Carvalho (CCH/UENF)  
Gabriel Silva (CCT/UENF)  
04 alunos de iniciação científica

##### **3.3.1.3 Cadeias Produtivas no Norte Fluminense**

Estudo sobre as cadeias produtivas do **petróleo**, cana-de-açúcar; fruticultura; cerâmica e confecções no norte fluminense, com vistas à geração de emprego e renda.

Desenvolvido por um consórcio de entidades: Uenf, Universo, Cefet, UFRJ, UFF, UFRRJ  
Com apoio da Faperj  
Coordenador: Prof. Ailton Mota de Carvalho- D. Sc (Uenf);

##### **3.3.1.4 Mutações do emprego no Norte Fluminense**

Estudo sobre demanda e oferta de empregos na região norte fluminense, com ênfase no setor petrolífero.

Desenvolvido na UENF, no Centro de Ciência do Homem e no Centro de Tecnologia

Equipe:

Ailton Mota de Carvalho (UENF)

Clevi Helena (UENF)

Maria Eugênia Totti (UENF)

Roberto Cezar Rosendo (UENF)

2 bolsistas de iniciação científica

Com apoio da Faperj (Prêmio Cientistas do nosso Estado)

### **3.4 Universidade Federal Fluminense – UFF**

#### **3.4.1 ESR-Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional de Campos dos Goytacazes/RJ**

##### **3.4.1.1 Configuração do Mercado de Trabalho da Região Norte Fluminense: Mapeamento das Cadeias Produtivas e Alternativas de Geração de Empregos (2001 a 2003).**

Em parceria, dentro do Consórcio Universitário de Pesquisa da Região Norte Fluminense, entre UFF, UENF, CEFET, UNIVERSO, UFRRJ, UFRJ . Financiada pela FAPERJ. Os professores da UFF, José Luis Vianna e Antenora Siqueira, são responsáveis pelo estudo da cadeia de fruticultura.

##### **3.4.1.2 Natureza e Meio Ambiente nos Projetos de Desenvolvimento para o Norte-Noroeste do Rio de Janeiro nos séculos XIX e XX.**

Profº Aristides Arthur Soffiati Netto.

##### **3.4.1.3 Estudo das potencialidades de desenvolvimento das regiões Norte e Noroeste fluminense (1997).**

Encomendado pelo CEFET ao CEPECAM/UCAM, realizado sob coordenação do prof. José Luis Vianna, do ESR/UFF e da profa. Denise Terra, do CEPECAM/UCAM.

##### **3.4.1.4 Diagnóstico da situação sócio-econômica da crianças e adolescentes das famílias de baixa renda de Campos dos Goitacazes/RJ (1991-1992).**

Encomendado pelo CMPDCA - Conselho Municipal de Promoção dos Direitos das Crianças e Adolescentes de Campos dos Goitacazes; financiado pelo UNICEF; realizado pelo CEPECAM/UCAM; coordenado pelo prof. José Luis Vianna, da UFF/ESR e pela profa. Denise Terra, do CEPECAM/UCAM, com participação, como pesquisadora, da profa. Érica Almeida. Forneceu subsídios para a elaboração de



políticas públicas municipais para a infância e adolescência, em consonância com o ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente.

#### **3.4.1.5 Pesquisa sobre a organização e estratégias de sobrevivência dos catadores de lixo de Campos.**

Realizada pela profa. Denise Junca. Resultou em livro publicado e é objeto de tese de Doutorado da referida profa.

#### **3.4.1.6 Dissertações e Teses Relevantes**

- Construção e Desconstrução da Região Norte Fluminense entre 1970 e 2000: Dinâmica do desenvolvimento e configuração espacial. Tese de Doutorado, 2002, do prof. José Luis Vianna.
- Dissertação de Mestrado sobre o Controle Social do FAT no município de Campos. Realizada pela profa. Isabel Lopes.
- Dissertação de Mestrado sobre a política de Educação da Prefeitura de Quissamã. Realizada pela profa. Lúcia Barreto.

## **4. PROPOSTAS DE ATUAÇÃO DO CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS**

Como revelado pelo inventário de pesquisa, acima relatado, há uma profícua produção das instituições de ensino locais, abrangendo, de uma forma geral, aspectos socioeconômicos da Região Norte Fluminense e, em particular, os impactos da atividade petrolífera sobre as condições de vida da população.

Contudo, o conjunto de resultados das referidas instituições não está ainda reunido, comparado e sistematizado. Tal fato aponta para a possibilidade da montagem de um “portal” na “Web” como tarefa indutora da sistematização destes dados, ao mesmo tempo em que serviria como “pedra fundamental” para fortalecer, junto à sociedade, a posição de um centro de referência para estudos e projetos voltados para o desenvolvimento regional.

Com a solidificação do “portal”, seria possível ao *centro de estudos e projetos*, de forma paulatina, incorporar novas atribuições, muitas destas realizadas hoje de forma individualizada ou em convênios com propósitos específicos.

Lista-se agora, em caráter tentativo e sintético, as possibilidades de atuação do proposto *centro de estudos e projetos*. Ressalva-se que a presente lista combina os interesses de compreender os impactos socioeconômicos advindos da atividade petrolífera, assessorar as ações do setor público em prol do desenvolvimento regional, promover a transparência das ações públicas e privadas na região (sobretudo no que se refere à distribuição e aplicação das *participações governamentais* repassadas à esfera municipal) e perseguir uma posição de auto-suficiência financeira do instituto proposto.

Lista tentativa das possíveis ações de um centro de pesquisa de estudos e projetos para o desenvolvimento da Região Norte Fluminense:

**Bloco Formação e qualificação:** para além dos cursos de pós-graduação (*stricto e lato sensu*), relatados no item 1 deste documento, o *centro* poderia promover cursos de capacitação e requalificação dos quadros públicos regionais, com o corpo docente das várias instituições de ensino participantes do *centro*. Neste aspecto, vale ressaltar as negociações avançadas entre o IBAM e a UCAM/Campos para promoverem cursos de formação já a partir de 2003 e o curso já existente na UCAM/Campos de educação fiscal (primeira turma formada em dez/2002), promovido pelo convênio PNUD/Estado do Rio de Janeiro e UCAM/RJ.

**Bloco Sistematização e Disponibilização de Informações:** Primeiramente vislumbra-se a possibilidade de ofertar de forma *amigável*, via “Portal”, as informações mensais hoje já disponibilizadas pelo site da ANP, referentes ao repasse às prefeituras dos recursos das participações governamentais (*royalties* + participações especiais) vinculadas à atividade de produção de petróleo e gás natural. Não se deve entender esta proposta como simples repetição das informações disponibilizadas por esta agência reguladora, mas sim como uma ação didática, que se debruça sobre estes preciosos recursos para promoção do desenvolvimento regional. A idéia é focar a região Norte Fluminense e espacializar os referidos repasses (mapas e gráficos), organizá-los em séries históricas e disponibilizar informações referentes às expectativas de comportamento futuro das principais variáveis que definem o quantum dos repasses: taxa de câmbio, volume da produção e preço do barril.

Também as informações relativas à execução orçamentária bimestral dos municípios - que com a Lei de Responsabilidade Fiscal passaram a ser obrigatórias e públicas – poderão ser sistematizadas e analisadas (cotejadas com os orçamentos e os planos plurianuais), servindo esta ação como instrumento de transparência e controle das ações dos poderes públicos regionais.

Há ainda dois grupos de informação originais que poderão ser ofertados à comunidade, quiçá mediante contrapartida financeira (aquisição do estoque de informações ou assinatura) dos interessados. Desde março de 2001 a UCAM alimenta o Banco de Informações em Regionalização dos Investimentos e Práticas de Gestão Urbana - **Base IPGU** (ver item 3.2.2.2), onde é sistematizado (em ACESS) o conjunto de informações sobre investimentos regionais e ações dos poderes públicos regionais. As informações são coletadas diariamente, através de *clipping*, e organizadas sob diversas entradas. Para os investimentos regionais é possível a consulta, por exemplo, segundo o município, data, ramo de atividade, valor investido, geração de empregos, nacionalidade do capital, fase do investimento (em projeto, em realização, concluído, desinvestimento). Já as ações dos poderes públicos são passíveis de serem consultadas, por exemplo, segundo município, setor, finalidade, data, recursos envolvidos. Tratam-se de informações relevantes para estudiosos, promitentes empreendedores regionais e, novamente, para o monitoramento social da gestão pública efetivada na região, podendo a iniciativa reservar espaço para montagem de um banco das “best practices”.

Nos parece ainda, com acréscimo marginal de esforço, ser plausível a extensão desta base a fim de aglutinar informações acerca das ações relacionadas à responsabilidade social das empresas petrolíferas com atuação regional.

Por fim, entre as ações de sistematização e disponibilização de informações, caberia destacar a importância de uma “*central*” receptora e difusora de idéias e propostas pró-desenvolvimento regional, originárias tanto do público em geral como do corpo docente e discente das instituições partícipes.

**Bloco Avaliação:** Entre as ações de avaliação, pode-se destacar primeiramente a construção de indicadores. Um retorno aos produtos recentes das instituições partícipes mostra que esta é uma tarefa já perseguida. Veja, por exemplo, o boletim nº 8 do Observatório Socioeconômico da Região Norte Fluminense e o *paper* “Distribuição espacial dos royalties petrolíferos no Brasil : uma proposta de abordagem multi-critério”, da UCAM, no item 3.2.2.5.

A busca de indicadores de avaliação do uso dos royalties pelas prefeituras regionais, ou das ações empresariais de responsabilidade social, têm não só relevância para o monitoramento da sociedade, estendendo sua contribuição na própria matéria metodológica de construção de indicadores.

Certamente que a feitura de indicadores bem elaborados e sua sistemática divulgação - hierarquizando prefeituras ou empresas petrolíferas segundo determinados aspectos – tem como contrapartida o fortalecimento do *centro* como organização de interesse público em prol do desenvolvimento regional.

Outra vertente a ser ocupada pelo *centro* nas ações de avaliação é a tarefa de realização de enquetes e percepção da comunidade, ou usuários, frente a determinadas ações do poder público ou do setor privado. Neste aspecto, cabe ressaltar a larga experiência do CEPECAM, relatada no item 3.2.1.

**Bloco Estudos, Projetos e Assessoramento:** Por ter a proposta do *centro* uma conotação prática de apoio ao desenvolvimento regional é possível reunir estudos, projetos e assessorias em um mesmo bloco. Certamente que as instituições continuarão a desenvolver, independentemente, seus estudos de forma aprofundada, sem necessariamente uma demanda prévia da comunidade regional. Contudo, os estudos realizados pelo *centro*, estes sim, terão um caráter pragmático de atender a demandas de diagnósticos e assessoramento concretos.

O assessoramento seguirá a linha de atuação das instituições participantes, aglutinando, por exemplo, a feitura de diagnósticos, avaliação de políticas públicas, planos estratégicos, planos diretores e regulamentação dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade.

Cabe frisar ainda que, através do *centro*, poderão ainda ser promovidos concursos para contratação de firmas para realização de projetos, avaliações ou concretização de intervenções, a serem contratados pelo setor público.

#### **EQUIPE DO PROJETO TENDÊNCIAS**

##### **COORDENAÇÃO**

Maria Aparecida Stallivieri Neves

##### **EQUIPE TÉCNICA**

Cristina Lemos  
Frederico Reis de Araújo  
Hugo Túlio Rodrigues  
José Manuel Maldonado  
Paulo Pereira de Gusmão  
Paulo Roberto Krahe  
Roberto Gomes Jardim  
Rosane Lins

##### **ADMINISTRAÇÃO E SECRETARIA**

Edith Busolo Skolimovski  
Izair Ramunch Costa

##### **COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO**

Mônica S. Fernandes

##### **COLABORAÇÃO ANP**

Raimar van den Bylaardt



**Projeto Tendências Tecnológicas para o setor de O&G**

Av. Venezuela, 82 – anexo 4 – Centro  
20081-312 – Rio de Janeiro – RJ  
Tel.: (21) 2206-1293 / Fax: (21) 2206-1058  
e-mail: [tendencias@tendencias.int.gov.br](mailto:tendencias@tendencias.int.gov.br)  
[www.tendencias.int.gov.br](http://www.tendencias.int.gov.br)